



AFRICAN MEDIA BAROMETER

**O primeiro exercício de análise concebido
localmente sobre situação dos media em África**

MOÇAMBIQUE 2009

Portuguese/English Version



Published by:

Media Institute of Southern Africa (MISA)

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

fesmedia Africa

Windhoek, Namibia

Tel: +264 (0)61 237438

E-mail: fesmedia@fesmedia.org

www.fesmedia.org

Director: Rolf Paasch

ISBN

No. 978-99916-859-4-6

ÍNDICE

SECTOR 1 9

A liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, é efectivamente protegida e promovida

SECTOR 2 21

A área dos media, incluindo a nova media, é caracterizada por um ambiente de diversidade, independência e sustentabilidade.

SECTOR 3 31

A regulação da área da radiodifusão é transparente; a radiodifusão estatal é transformada numa verdadeira radiodifusão pública.

SECTOR 4 43

A comunicação social guia-se pela prática dos mais altos padrões profissionais.

O Barómetro Africano da Media

O Projecto Media da Fundação Friedrich-Ebert (FES) e o Instituto da Comunicação Social da África Austral (MISA) tomaram a iniciativa de lançar, em Abril de 2005, o Barómetro Africano da Media (AMB). Trata-se de um exercício de auto-avaliação, feito por africanos sobre a situação dos media nos seus respectivos países, de acordo com critérios desenvolvidos a nível local. O projecto é o primeiro do mais profundo e amplo sistema de análise e descrição da situação da Comunicação Social ao nível nacional, no continente Africano.

Os parâmetros são, em larga medida, extraídos da “Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão em África”, adoptada em 2002 pela Comissão Africana para os Direitos Humanos e dos Povos. Esta declaração inspira-se, em grande parte, na histórica “Declaração de Windhoek sobre a Promoção de uma Imprensa Africana Independente e Pluralística” (1991) e a “Carta Africana sobre a Radiodifusão” (2001).

Ao fim de 2008, 23 países da África sub-sahariana terão sido cobertos pelo AMB. Em 2007, os países que iniciaram o exercício em 2005 tiveram a oportunidade de realizar uma segunda ronda, proporcionando pela primeira vez dados comparativos para medir os desenvolvimentos num determinado país durante um período de dois anos.

Para 2009, os indicadores foram revistos, alterados e introduzidos novos indicadores tais como os que abordam a questão das Tecnologias de Informação e de Comunicação.¹

Metodologia: É constituído em cada país um painel de especialistas envolvendo representantes dos media e da sociedade civil, em igual número. Estes participam no painel a título individual, e não como representantes das suas respectivas organizações. O painel deve consistir de nada mais do que dez membros. Ele reúne-se uma vez em cada dois anos, num retiro durante dois dias, para proceder ao exercício de auto-avaliação, baseado numa discussão qualitativa para determinar os valores quantitativos para cada sector. A reunião é dirigida por um moderador independente, e os resultados comparativos apresentados aos participantes. Os relatórios são depois tornados públicos.

Sistema de pontuação: Os membros do painel são solicitados a fazer a sua pontuação individual para os respectivos indicadores, depois de uma discussão qualitativa, num processo de votação anónima, de acordo com a seguinte escala:

¹ Consequentemente, a comparação com alguns indicadores nos relatórios de 2005 e 2007 não é aplicável (n/a) em alguns casos em que o indicador ou é novo ou foi consideravelmente alterado

1	O país não atinge o indicador.	
2	O país atinge minimamente os aspectos do indicador.	
3	O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.	
4	O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.	
5	O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.	

A pontuação para cada sector é determinada da seguinte forma: Os membros do painel deverão, depois de uma discussão qualitativa em grupo, anexar as suas pontuações individuais (1–5) para cada sub-indicador de um sector. A soma de todas as pontuações será dividida pelo número de membros constituintes do painel. O resultado será então considerado como a pontuação média final para o sub-indicador.

Este relatório qualitativo, incluindo as pontuações, serve o objectivo de medir, ao longo de um período (de dois anos), os progressos, ou ausência destes, no panorama do sector da comunicação social no país.

Kaitira Kandjii
Regional Director
Media Institute of Southern Africa
Windhoek, Namibia

Rolf Paasch
Chefe do fesmedia Africa
Fundação Friedrich Ebert
Windhoek, Namibia

O Barómetro Africano da Media

SUMÁRIO EXECUTIVO

Situação geral da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa

Dos debates ficou reafirmado que Moçambique é um Estado de Direito e democrático, onde a Liberdade de Expressão e a Liberdade de Imprensa são reconhecidos na Constituição da República como Direitos Fundamentais. Foi notado que estas liberdades estão consagradas no artigo 48 da Constituição, o qual no seu parágrafo 1 diz: “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”.

O direito à liberdade de imprensa é operacionalizado através da Lei número 18/91, geralmente conhecida por Lei de Imprensa, a qual estabelece os mecanismos de implementação deste comando constitucional.

A comunicação social em Moçambique é caracterizada por um ambiente de pluralismo e de diversidade, abarcando todos os segmentos, oferecendo possibilidades mais amplas de escolha para o público.

Nos últimos dois anos aumentou o número de jornais e de estações de rádio e de televisão.

Tomados em conjunto todos estes pressupostos, pode-se concluir que existem em Moçambique as bases necessárias para o exercício da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Mas acontece muitas vezes que existe um fosso entre aquilo que vem plasmado nas leis e a vida prática do dia-a-dia, imposta pelas circunstâncias e pelas atitudes individuais dos vários actores. Há também o facto de que certa legislação ordinária, aprovada durante o período do partido único continua ainda em vigor, e a ser aplicada pelos tribunais sem se acautelar o facto de ela ser efectivamente adversa ao espírito (e por vezes à letra) da Constituição actualmente em vigor.

Tal é, por exemplo, o caso da Lei número 19/91, mais conhecida pelo seu título oficial de Lei dos Crimes Contra a Segurança do Estado. Esta lei estabelece, no seu paragrafo 1, que “Os crimes de difamação, calúnia e injúria cometidos contra o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, os membros do Governo, os juízes do Tribunal Supremo e os membros do Conselho Constitucional serão punidos com a pena mínima de um ano até dois anos de prisão e multa correspondente”.

No seu paragrafo 2, a lei determina que estes crimes “quando cometidos contra deputados, magistrados, presidente e secretários-gerais dos partidos políticos ou contra organismos que exerçam autoridade pública, civil ou militar, serão punidos com pena de três meses a dois anos de prisão e multa correspondente”.

Parte-se, a partir desta lei, que a difamação, calúnia e injúria cometidas contra as figuras aqui nomeadas constituem crimes contra a segurança do Estado.

É interessante observar que esta lei foi aprovada imediatamente a seguir à Lei de Imprensa, o que deve servir para demonstrar o espírito do legislador nessa altura, de tirar pela mão esquerda o que havia dado anteriormente pela mão direita.

É importante também notar que esta lei foi aprovada pela mesma legislatura de partido único, que aprovou a primeira constituição multipartidária em 1990.

Este comando legal parece ter sido formulado para estar em consonância com uma clausula da constituição de 1990 em que o Presidente da República gozava de imunidade de procedimento civil e criminal pelos actos praticados no exercício das suas funções.

Ao abrigo dessa mesma constituição de 1990, o Presidente da República não respondia em juízo no decurso do seu mandato por actos estranhos ao exercício das suas funções.

Porém, esta imunidade foi posta de lado com a entrada em vigor de uma nova constituição em 2005, que determina, no paragrafo 1 do seu artigo 153º que o Presidente da República responde perante o Tribunal Supremo “por crimes praticados no exercício das suas funções...”

A Lei dos Crimes Contra a Segurança do Estado foi evocada em 2008 contra o semanário Zambeze, depois de este ter publicado um artigo em que punha em causa a nacionalidade moçambicana da Primeira-Ministra, Luísa Diogo, em função do seu casamento. Apesar do juiz que julgou o caso não ter considerado a acusação mais grave de prática do crime contra a segurança do Estado, não foi declarado o facto de que esta mesma acusação era contrária ao espírito da Constituição em vigor.

Uma das ações a terem que ser levadas a cabo será que as diversas organizações de defesa da liberdade de expressão e de imprensa se organizem para em conjunto, a partir das conclusões deste barómetro agirem junto das respectivas instituições do governo, da sociedade civil e do parlamento numa ação de *lobby* visando a revisão ou abolição de algumas leis que interferem irrazoavelmente com a liberdade de expressão e de imprensa, e que não são necessárias numa sociedade democrática. Apesar de todos os avanços registados no capítulo das liberdades fundamentais em Moçambique, incluindo no campo da liberdade de imprensa, há necessidade de se

manter vigilância, tendo como objectivo contrariar algumas tendências negativas que por vezes actuam no sentido de impedir o exercícios dessas liberdades.

Nos últimos tempos têm se registado casos que podem ser entendidos como tentativas de limitar a liberdade de imprensa ou pelo menos de intimidação aos jornalistas e impedi-los de exercer o seu direito de informar. Regista-se ultimamente uma certa proliferação de acções judiciais por alegada difamação, muitas vezes sem antes recorrer a mecanismos de conciliação, que incluiriam o exercício do direito de resposta.

Embora o exercício do direito de resposta não prescinde o direito do ofendido de recorrer às instâncias judiciais, a natureza dos valores que são exigidos como indemnização torna claro que a intenção de muitas dessas acções é debilitar economicamente os órgãos de informação processados. Acresce-se a isso o facto de quase na sua totalidade estes casos terem sido movidos ou por individualidades do governo ou próximas delas, parte da elite moçambicana que nem sequer precisa do dinheiro que se exige.

Mais preocupante ainda é a atitude dos juízes, que muitas vezes decidem sobre estes casos sem procurar encontrar elementos atenuantes, como por exemplo, a inexistência de uma intenção deliberada por parte do jornalista em difamar.

Padrões profissionais e condições gerais de trabalho para os jornalistas

Os participantes estiveram de acordo quanto à aderência, por parte dos profissionais da comunicação social, aos princípios básicos de profissionalismo.

A censura é proibida ao abrigo da lei, mas foi notado que há situações em jornalistas praticam a auto-censura, possivelmente como resultado de uma certa cultura de medo, a qual se reflecte na generalidade pela proliferação de cartas anónimas de denúncia a certas situações que são enviados à comunicação social por elementos do público.

Decorrente dos debates realizados durante a terceira ronda do AMB em Moçambique ressaltou uma questão que deve ser objecto de reflexão entre as várias organizações que lidam com questões da comunicação social. Trata-se da questão dos salários e das condições gerais de trabalho dos jornalistas. Não houve consenso quanto ao facto de se estas condições são adequadas ou não. Uns entendiam que, se comparados com os salários que são praticados nos outros sectores, os jornalistas tinham uma boa remuneração, com um salário mínimo da ordem dos 4 mil meticais (cerca de 140 dólares ao câmbio actual), e uma média para jornalistas seniores de cerca de 10 mil meticais (cerca de 345 dólares). Contudo, outros defendiam que o salário do jornalista deve ser avaliado em função do custo de vida, do risco e do prestígio que a profissão representa, factores a que não estão associadas as outras

profissões que serviram de base de comparação. Para estes, se tiver que se tomar em conta tais factores, então pode-se facilmente concluir que os jornalistas, de uma maneira geral, não são bem remunerados.

Outro aspecto que foi levantado foi a existência de certos trabalhadores da comunicação social que nem sequer têm um vínculo contratual com as suas respectivas empresas. Haveria necessidade talvez de o sector de comunicação social em Moçambique aderir ao mecanismo da ISO sobre este sector, o qual ajudaria muito às empresas procurarem o melhor possível fazer-se reger pelos padrões internacionais desta indústria.

Questões de género

Os participantes foram unânimes quanto à questão de que muito precisa ainda de ser feito para se atingir ao nível da comunicação social um nível aceitável de participação da mulher no sector. De uma maneira geral as mulheres continuam marginalizadas, tanto do ponto de vista de pertencerem à profissão como também como fontes de informação. Mesmo nos casos em que mulheres estejam presentes nas redacções, a tendência dos responsáveis editoriais é relegá-las a cumprir agendas sociais, como por exemplo, trabalhos sobre questões da mulher e da criança.

Contudo, notou-se que há uma tendência no sentido de que esta situação se venha a alterar, com a entrada, para a profissão de mulheres jovens com um nível de formação superior, e que começam, elas próprias, a exigir um pouco mais do que se fazia no passado.

Radiodifusão

No capítulo da radiodifusão, Moçambique continua a não dispor de uma lei específica para esta área, o que cria um ambiente de indefinição quanto às regras a serem observadas. A ausência de uma lei específica significa que o sector não pode ser regulado, o que implica que o Estado não tenha a capacidade de exigir contrapartidas aos operadores que requerem a emissão de licenças, como por exemplo, a obrigatoriedade de uma determinada percentagem de conteúdo local. Isto tem um impacto negativo na indústria artística local, que na ausência dessa obrigatoriedade se vê privada de uma importante fonte de financiamento.

Contudo, apesar deste défice legal é importante notar que tanto a Rádio Moçambique como a Televisão de Moçambique foram transformadas em órgãos de serviço público através dos Decretos 18 e 19/94 respectivamente.

O que deve ser posto em causa é se estas duas entidades, tendo em conta os seus modelos de governação podem mesmo ser considerados serviços públicos. Na verdade não há nenhum envolvimento público na maneira como estas duas entidades são governadas, os seus presidentes de Conselhos da Administração são nomeados pelo Conselho de Ministros, e

mesmo se o Conselho Superior da Comunicação Social é ouvido, como requer a lei, deve ser uma mera formalidade.

A modalidade com que as duas entidades são financiadas não é suficientemente adequada para que elas mereçam ser tratadas com órgãos de serviço público, muito embora seja necessário reconhecer que no seu funcionamento, especialmente a Rádio Moçambique, nota-se um grande esforço para servir o público e não um mero instrumento de propaganda

Sector Comunitário

Outro sector que necessita de especial atenção é o comunitário, dado o seu potencial para alargar o exercício das liberdade de expressão às zonas rurais. Não existe nenhuma legislação especial que contemple este sector, obrigando-o, por isso, a ter que co-existir em pé de igualdade com o sector da comunicação social convencional.

Imprensa escrita do sector público

Ao nível da imprensa escrita, Moçambique não tem uma jornais que possam ser considerados como pertencendo ao sector público em tanto que tal. Mas a questão da Sociedade do Notícias levanta sempre a questão de se esta afirmação corresponde, realmente, à verdade. A Sociedade (ou Grupo), do ponto de vista legal é uma empresa como qualquer outra, com registo comercial. Ela possui três jornais, nomeadamente o diário Notícias, que é a bandeira da Sociedade, e os semanários Domingo e Desafio.

A questão que tem sido motivo de acenos debates em relação a este Grupo é que ele é detido na sua maioria pelo Banco de Moçambique. Um outro accionista é a empresa pública de seguros, EMOSE.

A primeira questão que se levanta é se não é um factor de distorção do mercado quando o Banco Central, que é uma entidade pública, recorre a fundos públicos para concorrer com o sector privado da imprensa, sob pretensão de ser também um actor privado neste sector?

Em segundo lugar, será correcto considerar que uma empresa que tem quase a totalidade do seu capital social subscrito por duas grandes entidades públicas é uma empresa privada nos mesmos moldes de uma sociedade comercial pertencente a indivíduos que usam o seu dinheiro ou contraem dívidas para a manter operacional? Todos estes assuntos devem continuar na agenda do debate sobre o estado da liberdade de expressão e de imprensa em Moçambique, sendo necessárias intervenções que contribuam para o estabelecimento de um processo de reformas para a criação de uma sociedade cada vez mais democrática, livre e próspera.

O Moderador, Fernando Gonçalves

VISION	BROADCAST RADIO	BROADCAST RADIO	TELEVISION
LAST RADIO	SATELITE NEWS	SATELITE NEWS	BROADCAST
ETE NEWS	PAPER MAGAZINES	PAPER MAGAZINES	SATELLITE
MAGAZINES	REPORTS THIRD	REPORTS THIRD	PAPER
IS THIRD	DEGREE DOCUMENTS	DEGREE DOCUMENTS	REPORT
DOCU-	LEGISLATION	MENTS LEGISLA-	DEGREE
LEGISLA-	QUESTIONS LAWS	TION QUESTIONS	LEGISL
QUESTIONS	PUBLICATION	LAWS PUBLICA-	QUESTI
PUBLICA-	FREEDOM ANSWERS	TION FREEDOM	PUBLIC
FREEDOM	PRESS INTERVIEWS	ANSWERS PRESS	FREEDO
RS PRESS	MEDIA EFFICIENCY	INTERVIEWS	PRESS

SECTOR 1:

A liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, é efectivamente protegida e promovida

LINES RE-	PUBLICATION	DEGREE DOCU-	QUESTI
THIRD	FREEDOM ANSWERS	MENTS LEGISLA-	PUBLIC
DOCU-	PRESS INTERVIEWS	TION QUESTIONS	FREEDO
LEGISLA-	MEDIA EFFICIENCY	LAWS PUBLICA-	PRESS
QUESTIONS	HONESTY ACCESS	TION FREEDOM	MEDIA
PUBLICA-	BOOKS TRANSLA-	ANSWERS PRESS	HONEST
FREEDOM	TION TRUTH POINT	INTERVIEWS	BOOKS
RS PRESS	OF VIEWS INFOR-	MEDIA EFFI-	OF VIE
VIEWS	MATION COMMUNI-	CENCY HONESTY	MATION
EFFI-	CATION CONSTITU-	ACCESS BOOKS	CATION
HONESTY	TION TELEVISION	TRANSLATION	TRUTH T
BOOKS	BROADCAST RADIO	POINT OF	BROADCA
LATION	SATELITE NEWS	VIEWS INFORMA-	SATELI
POINT OF	PAPER MAGAZINES	TION COMMUNICA-	PAPER
INFORMA-	REPORTS THIRD	TION CONSTITU-	REPORT
COMMUNICA-	DEGREE DOCUMENTS	TION TELEVI-	DEGREE
CONSTITU-	LEGISLATION	SION BROADCAST	LEGISL
TELEVI-	QUESTIONS LAWS	RADIO SATELITE	QUESTI
BROADCAST	PUBLICATION	NEWS PAPER	PUBLIC
SATELITE	FREEDOM ANSWERS	MAGAZINES RE-	FREEDO
PAPER	PRESS INTERVIEWS	PORTS THIRD	PRESS
INES RE-	MEDIA EFFICIENCY	DEGREE DOCU-	MEDIA
THIRD			

A liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, é efectivamente protegida e promovida

1.1. A liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, está garantida na constituição, e apoiada por outra legislação complementar

Tanto a liberdade de expressão como a liberdade de imprensa estão garantidos e assegurados na Constituição da República (CR). Esta garantia torna-se operacionalizada através da Lei número 18/91, mais conhecida pelo seu título oficial de Lei de Imprensa. A Constituição de Moçambique estabelece, no parágrafo 1 do seu artigo 48º, que “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”. O parágrafo 4 deste mesmo artigo alarga essa liberdade aos órgãos de comunicação social do sector público, ao determinar que neles “... são assegurados a expressão e o confronto de ideias das diversas correntes de opinião”.

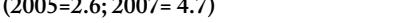
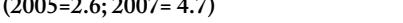
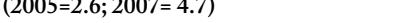
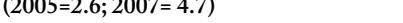
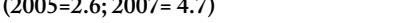
Por sua vez, a Lei de Imprensa reconhece, através do número 1 do artigo seu artigo 30º, o direito dos jornalistas “... sigilo profissional em relação à origem das informações que publiquem ou transmitam”. Este mesmo número determina que o silêncio dos jornalistas quanto às suas fontes de informação não pode ser motivo para “qualquer tipo de sanção”. Contudo, os participantes fizeram notar que apesar deste quadro legal favorável, uma análise mais atenta à Constituição pode levar a concluir que ela dá pela mão direita aquilo que retira pela mão esquerda, ao remeter muito do que preceitua a leis que ainda não existem. São exemplos desta situação o número 2 do artigo 49º, que concede aos partidos políticos com representação parlamentar o direito a tempos de antena nos serviços público de radiodifusão e televisão para fins de réplica política às declarações políticas do governo. Em conformidade com o parágrafo 3 deste artigo, este direito é extensivo “... a organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas e sociais...” Contudo, a própria Constituição remete as modalidades de exercício destes direitos a uma lei ordinária, a qual até hoje não existe.

Ainda neste quadro de direitos constitucionais não usufruídos por ausência de legislação específica, pontifica o artigo 50º da Constituição, que define os princípios gerais em torno do Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS). Contudo, no que respeita à organização, composição, funcionamento e às demais competências deste órgão a Constituição diz que são regulados por uma lei específica, a qual igualmente ainda não existe.

Na opinião geral dos participantes está-se, em rigor, em presença de vícios de inconstitucionalidade por omissão legislativa.

Scores:

Pontuação individual:

1	O país não atinge o indicador.										
2	O país atinge minimamente os aspectos do indicador;..										
3	O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.										
4	O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.										
5	O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.										

Média:

3.6 (2005=2.6; 2007= 4.7)

1.2. O direito à liberdade de expressão é praticado, e os cidadãos, incluindo os jornalistas, exercem os seus direitos sem medo.

Os participantes estão de acordo quanto ao facto de que, de uma maneira geral, a liberdade de expressão é praticada tanto pelos cidadãos como pelos jornalistas. Reconheceram, porém, haver situações de indivíduos, incluindo jornalistas, que têm medo de exercer estes direitos por razões meramente pessoais. O facto é que para os participantes, não existe um medo institucionalizado; antes pelo contrário, o ambiente reinante no país é propício para o exercício da liberdade. Nessas circunstâncias, o medo torna-se mais pessoal. Foi notado que este medo faz-se sentir com cada vez maior intensidade ao nível da Função Pública, onde há uma crescente tendência dos funcionários públicos de não falarem sobre os seus sectores, mesmo sobre questões óbvias e aparentemente menos problemáticas. A conclusão do painel foi de que o clima de medo se intensifica quanto mais nos afastamos dos principais centros urbanos. A cultura de medo pode ser medida pela grande quantidade de fontes de informação que pedem o anonimato; quando uma fonte de informação pede anonimato, para ser ocultada, este é um sinal claro de medo.

Os participantes chamaram também à necessidade de ter que se desdobrar a questão do medo em três possíveis dimensões:

- i) **Ignorância:** Muitas vezes quando alguém não tem conhecimento sobre uma determinada legislação ou procedimentos a tendência é de se fechar, bloqueando o acesso dos jornalistas ou do público a uma determinada informação. Aqui a informação não é disponibilizada não por ordens

superiores, mas simplesmente porque a pessoa indicada não sabe como é que as coisas são feitas.

- ii) **Incompetência:** Existem, por outro lado, pessoas que não disponibilizam informação apenas por não saberem como as ‘coisas’ são feitas, particularmente ao nível da Administração Pública; e
- iii) **Oportunismo:** Há os que são oportunistas, daí se aproveitarem de qualquer situação que lhes aparece para delas tirarem vantagens pessoais, e isso pode ser visto como medo.

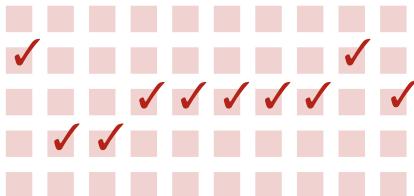
Se é verdade que o medo se acentua quanto mais distantes nos encontrarmos dos principais centros urbanos tais como Maputo, a capital do país, não deixa de ser verdade que há igualmente muitos focos de medo na capital do país; algumas Redacções, por exemplo, muitos jornalistas têm medo de escrever sobre os partidos da oposição (sobretudo a Renamo), por temerem ser conotados como simpatizantes. Isto acontece com maior notoriedade nos órgãos de informação do sector público, onde alguns jornalistas até podem chegar ao ponto de serem escalados para cobrir um acontecimento da oposição, mas voltar e não fazerem nada, sem que tal seja motivo de uma sanção. Este tratamento é diferente do que é dado ao partido no governo, a Frelimo, que recebe muita atenção dos jornalistas, mesmo quando se trate de acontecimentos insignificantes. Nesses casos, um comunicado de imprensa do partido Frelimo é de noticiabilidade obrigatória, mesmo quando não reúna nenhum valor noticioso de grande importância.

Um dos exemplos que foi dado para elucidar aquilo a que podemos chamar de cultura de medo foi o que aconteceu em Março ano na província de Tete, onde apesar de alguns jornalistas terem presenciado um acto de intimidação do governador Ildefonso Mwanatata contra o jornalista Bernardo Carlos, viram-se forçados a desmentir o que tinham testemunhado, por causa de medo.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

3.0 (2005=3.0; 2007= 2.9)

1.3. Não existem leis que restringem a liberdade de expressão, tais como excessivas leis sobre segredo do Estado ou difamação, ou leis que possam, irrazoavelmente, interferir com as responsabilidades dos media.

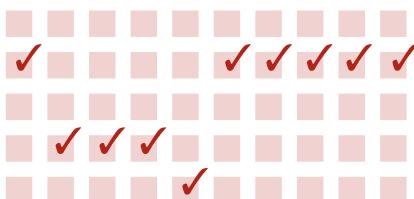
Existem, efectivamente, leis que restringem a liberdade de expressão em Moçambique; uma delas é a Lei número 19/91, sobre crimes contra a segurança do Estado, na qual o instituto de segredo de Estado não está devidamente definido; esta lei fala somente de “documentos classificados do Governo”, sem nenhuma especificação; qualquer um que esteja dentro do sistema pode classificar os documentos.

À luz da CR de 2004 – a que está em vigor – essas leis são inconstitucionais², porque contrárias a alguns preceitos insertos na lei fundamental. Em 1979, ano em que alguns dos conceitos atentatórios da liberdade de expressão foram arquitectados, vigorava o monopartidarismo, que foi substituído pelo pluripartidarismo, com a CR de 1990.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.9 (2005=3.3; 2007=1.9)

1.4. O Governo faz todos os esforços para honrar instrumentos regionais e internacionais sobre a liberdade de expressão e de imprensa.

Em ternos formais, o Governo adoptou todos os instrumentos regionais e internacionais sobre a liberdade de expressão e de imprensa. Ei-los:

2 Grupos de interesse ou organizações da sociedade civil podem recolher assinaturas, num mínimo de 2.000, para o Conselho Constitucional (CC) se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de muitas dessas leis. Nalguns casos, alguns juizes citam leis já revogadas, o que é preocupante.

- Declaração Universal sobre os Direitos do Homem;
- Carta Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos;
- Declaração sobre os Princípios da Liberdade de Expressão em África, da qual nasceu a Declaração de Windhoek;
- Protocolo da SADC sobre Educação, Cultura e Desporto.

Moçambique e Zâmbia são, ao nível da África Austral, exemplos positivos em termos de adopção de instrumentos regionais e internacionais relevantes à liberdade de expressão e de imprensa³. A CR de Moçambique até acolhe instrumentos como os atrás mencionados, concebendo-os como leis infra-constitucionais ou leis ordinárias.

A Declaração de Windhoek impõe, por exemplo, que os governos criem espaços para a materialização da liberdade de expressão e de imprensa. Uma avaliação de fundo sobre em que ponto estamos seria importante.

Scores:

Pontuação individual:

1	O país não atinge o indicador.	
2	O país atinge minimamente os aspectos do indicador..	
3	O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.	
4	O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.	
5	O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.	

Média:

3.6 (2005= n/a; 2007= n/a)

1.5. As publicações da imprensa escrita não têm que obter uma autorização de entidades governamentais como condição para o exercício das suas actividades.

Em Moçambique a imprensa escrita não carece de autorização governamental para o seu funcionamento. Há uma formalidade de registo imposta pela Lei de Imprensa. O registo é feito junto do Gabinete de Informação (GABINFO), uma instituição subordinada ao Gabinete do Primeiro-Ministro. Este Gabinete (ou qualquer outra entidade governamental) não tem poderes para impedir a vontade de qualquer pessoa, singular ou colectiva, desde que esta preencha todos os requisitos previstos na lei.

³ In: "So This Is Democracy" de 2008, uma publicação anual do Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA)

De acordo com a Lei de Imprensa, o registo é processado num prazo de trinta dias a contar da data de entrega da declaração completa, contendo os seguintes dados:

- a) Título;
- b) Objecto do órgão de informação;
- c) Local de edição;
- d) Língua de edição;
- e) Identificação completa do proprietário;
- f) Estatuto jurídico da entidade editora;
- g) Identidade completa do director ou editor
- h) Periodicidade; e
- i) Tiragem mínima.

O registo tem a validade de dois anos, renováveis automaticamente, salvo se for retirado pelo GABINFO em cumprimento de uma decisão judicial ou se for renunciado pelo interessado.

A lei também impede o GABINFO de recusa arbitrária do registo, tornando claro que a recusa “só pode acontecer se o requerente não tiver preenchido todos os requisitos previstos na declaração ou os pressupostos legais para o exercício da actividade”. Determina ainda que em caso de recusa esta deve ser feita em despacho, fundamentando os motivos que tiverem levado à recusa.

O GABINFO está também impedido legalmente de suspender o registo, excepto, como diz o parágrafo 2 do artigo 23º, em casos “... de incumprimento da lei ou falta de veracidade nos dados constantes da declaração...” Em tais casos o GABINFO deve remeter o respectivo processo ao Ministério Público, que é a entidade que inicia a acção judicial que dará origem ao cancelamento do registo.

Scores:

Pontuação individual:

1	O país não atinge o indicador.	
2	O país atinge minimamente os aspectos do indicador.	
3	O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.	
4	O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.	
5	O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.	

Média:

4.6 (2005= n/a; 2007= n/a)

1.6. A entrada para a prática da profissão de jornalista está livre de quaisquer restrições legais.

Está demasiadamente livre; basta querer e ter espaço para tal.

Scores:

Pontuação individual:

1	O país não atinge o indicador.	<input type="checkbox"/>									
2	O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;	<input type="checkbox"/>									
3	O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.	<input type="checkbox"/>									
4	O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.	<input checked="" type="checkbox"/>									

Média:

4.9 (2005= 5.0; 2007= 5.0)

1.7. Fontes confidenciais de informação gozam de protecção legal e/ou dos tribunais.

Os participantes foram unâimes em considerar que as fontes confidenciais de informação estão devidamente protegidas por lei.

Citaram, por exemplo, o parágrafo 3 do artigo 48º da Constituição, que diz que “A liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a protecção da independência e do sigilo profissional...”

O direito ao sigilo profissional é também reconhecido no artigo 30º, parágrafo 1 da Lei de Imprensa.

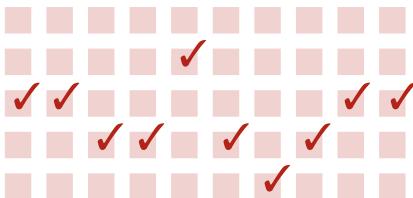
Contudo, os participantes consideraram preocupante e problemático o facto de em Moçambique muitos juízes não possuírem conhecimento sobre algumas leis relevantes para o exercício da liberdade de imprensa e de expressão. Citaram, por exemplo, uma pesquisa encomendada pelo Governo, através do Ministério da Justiça, a qual revelou que 90% dos juízes de Direito em Moçambique não têm uma única cópia da Constituição nos seus gabinetes de trabalho.

Esta deficiência conduz a que muitas vezes, por ignorância, procuradores e juízes se preocupem mais em saber quem terá sido a fonte do jornalista, e não concentrarem-se nos méritos do caso que tiverem em presença.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador,..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

3.5 (2005= 2.8; 2007=1.4)

1.8. O acesso à informação pública é fácil para todos os cidadãos, sendo tal garantido por lei.

O acesso à informação pública não é fácil em Moçambique, apesar da própria Constituição considerar, no parágrafo 3 do artigo 48º, o acesso às fontes de informação como sendo parte da liberdade de imprensa.

Os participantes consideraram que não havendo uma Lei de Direito à Informação, essa garantia constitucional traduz-se, em termos práticos, numa miragem. Não se sabe, por exemplo, quanto ganha o Presidente da República (PR) e quanto ganham os seus ministros. As declarações de bens que o PR, ministros e outros titulares de cargos públicos são por lei obrigados a fazer, quando iniciam os seus mandatos e/ou funções, não são tornadas públicas.

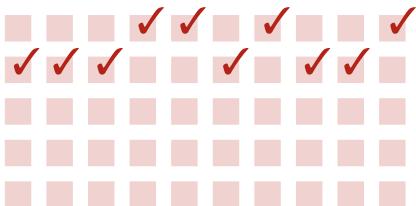
Nalguns casos, existem leis ordinárias ou decretos que estabelecem a obrigatoriedade de disponibilização de informação pública, mas muitos dos funcionários públicos possuem um preocupante “bloqueio cultural” quanto a isso. A título de exemplo, o Decreto número 30/2001 de 15 de Outubro, sobre Normas de Funcionamento da Administração Pública, refere, no número 1 do seu artigo 7º, sobre Princípio da Transparência da Administração Pública, que “O princípio da transparência implica a publicidade da actividade administrativa”. Isto é quase impossível, devido a uma atitude obstrucionista de muitos funcionários públicos.

Os registos sobre empresas, por exemplo, não são facultados aos que os procuram, mas a lei diz claramente que eles são públicos; a escritura pública da Sociedade Notícias, que é proprietária dos jornais Notícias, Domingo e Desafio, não é acessível, embora o seu acionista maioritário, com mais de 50% do capital social, seja o Estado, por via do Bando de Moçambique.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador,..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

1.6 (2005= 1.0; 2007= 1.4)

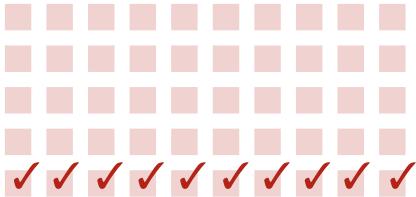
1.9. Websites e blogs não são obrigados a registarem-se ou a obter autorização junto de entidades governamentais.

Websites e blogs não são efectivamente sujeitos a registo ou obrigados a obter autorização junto de autoridades governamentais. Só os “Internet Providers” é que são obrigados a ter registo, em se tratando de empresas.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador,..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

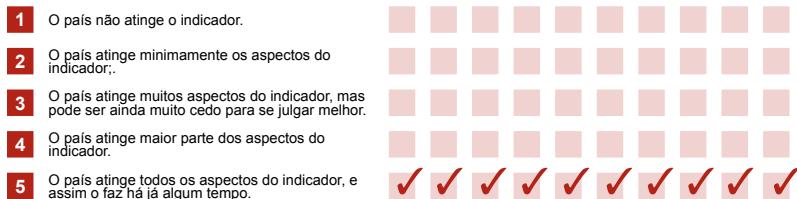
5.0 (2005= n/a; 2007= n/a)

1.10. O Estado não procura bloquear ou filtrar conteúdos da Internet, a não ser em cumprimento de leis restritivas que sirvam um interesse legítimo e que sejam necessárias numa sociedade democrática.

O Estado não procura, de forma alguma, bloquear ou filtrar conteúdos da Internet em Moçambique.

Scores:

Pontuação individual:



Média:

5.0 (2005= n/a; 2007= n/a)

1.11. A sociedade civil no geral e os grupos de lobby dos media defendem activamente a causa da liberdade de imprensa.

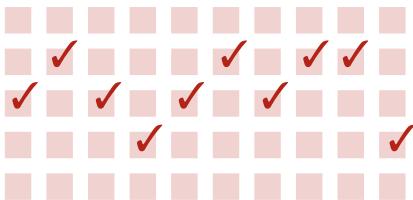
Infelizmente, pensa-se no país que a liberdade de imprensa é somente para os jornalistas, enquanto está há muito provado que os jornalistas não procuram informação para o seu próprio consumo, mas para o consumo público. Em termos gerais, a sociedade civil moçambicana é apática quanto à questão da liberdade de imprensa. Há, na verdade, uma e outra organização da sociedade civil que constitui excepção⁴.

⁴ Há alguns anos, o MISA-Moçambique se pronunciou publicamente contra o facto de o Governo ter mantido, até essa altura, oito anos sem possuir um Contrato-Programa com a Rádio Moçambique (RM), a estação pública de radiodifusão, num contexto em que os próprios salários eram mensalmente “libertados” pelo ministro das Finanças. Quando foi das manifestações populares de 5 de Fevereiro de 2008 em Maputo, devido ao aumento do preço dos transportes semi-colectivos de passageiros, o MISA-Moçambique e o Centro de Integridade Pública (CIP) emitiram um Comunicado de Imprensa conjunto, no qual denunciavam sinais de censura na forma como os media cobrirem aquele acontecimento.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.8 (2005= 1.9; 2007= 1.1)

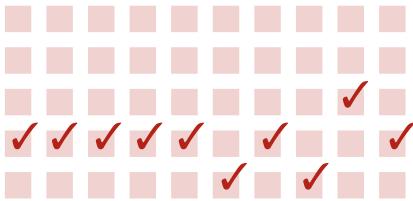
1.12. A legislação sobre os media resulta de um processo de consulta entre as instituições do Estado, cidadãos e grupos de interesse.

Há consultas, sim. Quando foi da elaboração da Lei de Imprensa em vigor (Lei número 18/91 de 10 de Agosto) houve uma auscultação massiva a jornalistas, cidadãos e grupos de interesse. Recentemente, no processo de revisão desta lei, esta prática manteve-se, o que é positivo.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

4.1 (2005= n/a; 2007= n/a)

MÉDIA DO SECTOR 1:

3.7 (2005= 2.8; 2007= 3.1)*

* Para 2009, os indicadores foram revistos, alterados e introduzidos novos indicadores tais como os que abordam a questão das Tecnologias de Informação e de Comunicação. Consequentemente, a comparação com alguns indicadores nos relatórios de 2005 e 2007 não é aplicável (n/a) em alguns casos em que o indicador ou é novo ou foi consideravelmente alterado

VISION	BROADCAST RADIO	BROADCAST RADIO	TELEVISION
EAST RADIO	SATELITE NEWS	SATELITE NEWS	BROADCAST
ETE NEWS	PAPER MAGAZINES	PAPER MAGAZINES	SATELLITE
MAGAZINES	REPORTS THIRD	REPORTS THIRD	PAPER
TS THIRD	DEGREE DOCUMENTS	DEGREE DOCUMENTS	REPORT
E DOCU-	LEGISLATION	LEGISLATION	DEGREE
LEGISLA-	QUESTIONS LAWS	QUESTIONS LAWS	LEGISLATION
QUESTIONS	PUBLICATION	PUBLICATION	QUESTIONS
PUBLICA-	FREEDOM ANSWERS	FREEDOM ANSWERS	PUBLIC
FREEDOM	PRESS INTERVIEWS	PRESS INTERVIEWS	FREEDOM
RS PRESS	MEDIA EFFICIENCY	MEDIA EFFICIENCY	PRESS

SECTOR 2:

A área dos media, incluindo a nova media, é caracterizada por um ambiente de diversidade, independência e sustentabilidade.

LINES RE-	PUBLICATION	DEGREE DOCU-	QUESTI
THIRD	FREEDOM ANSWERS	MENTS LEGISLA-	PUBLIC
E DOCU-	PRESS INTERVIEWS	TION QUESTIONS	FREEDOM
LEGISLA-	MEDIA EFFICIENCY	LAWS PUBLICA-	PRESS
QUESTIONS	HONESTY ACCESS	TION FREEDOM	MEDIA
PUBLICA-	BOOKS TRANSLA-	ANSWERS PRESS	HONEST
FREEDOM	TION TRUTH POINT	INTERVIEWS	BOOKS
RS PRESS	OF VIEWS INFOR-	MEDIA EFFI-	TION T
VIEWS	MATION COMMUNI-	CENCY HONESTY	OF VIE
EFFI-	CATION CONSTITU-	ACCESS BOOKS	MATION
Y HONESTY	TION TELEVISION	TRANSLATION	CATION
S BOOKS	BROADCAST RADIO	TRUTH POINT OF	TION T
LATION	SATELITE NEWS	VIEWS INFORMA-	BROADC
POINT OF	PAPER MAGAZINES	TION COMMUNICA-	SATELI
INFORMA-	REPORTS THIRD	TION CONSTITU-	PAPER
COMMUNICA-	DEGREE DOCUMENTS	TION TELEVI-	REPORT
CONSTITU-	LEGISLATION	SION BROADCAST	DEGREE
TELELVI-	QUESTIONS LAWS	RADIO SATELITE	LEGISL
BROADCAST	PUBLICATION	NEWS PAPER	QUESTI
SATELITE	FREEDOM ANSWERS	MAGAZINES RE-	PUBLIC
PAPER	PRESS INTERVIEWS	PORTS THIRD	FREEDOM
LINES RE-	MEDIA EFFICIENCY	DEGREE DOCU-	PRESS
THIRD			MEDIA

Sector 2: A área dos media, incluindo a nova media, é caracterizada por um ambiente de diversidade, independência e sustentabilidade.

2.1. Uma vasta gama de fontes de informação – imprensa escrita, radiodifusão e Internet – são acessíveis e a um custo que seja razoável para todos os cidadãos.

Existe, em Moçambique, um problema sério de acessibilidade dos media, que não são somente de ordem conjuntural, uma vez que as próprias empresas jornalísticas não mostram ter preocupação em expandir as suas publicações.

Os custos são altos, partindo do princípio de que a maior parte dos cidadãos não têm capacidade financeira para comprar os jornais disponíveis; mesmo no seio da classe média, muita gente não consegue comprar todos os jornais.

Nas grandes cidades, a questão de fundo é o baixo poder de compra das pessoas; já nas zonas rurais, temos a combinação de baixo poder de compra e de inacessibilidade. Contou-se o caso de um jornalista que levou um jornal ao distrito de Nipepe, no Niassa, o qual foi disputado pela própria administradora distrital, que confessou que não recebia jornais há mais de dois meses.

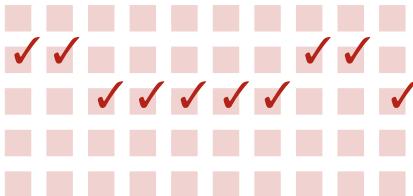
A inexistência de empresas especializadas na distribuição de jornais é apontada como o principal factor que contribui para esta situação. O país possui, há pouco menos de um ano, um semanário de distribuição gratuita – A Verdade – mas que é apenas distribuído em duas ou três cidades.

A rádio é a fonte mais acessível, e em várias línguas; as televisões e a Internet ainda são para um grupo muito restrito, principalmente nos principais centros urbanos.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador;,,
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.6 (2005= 2.2; 2007=2.5)

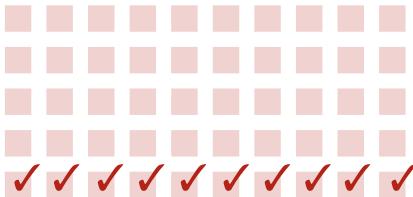
2.2. O acesso dos cidadãos a fontes de informação internas e internacionais não é sujeito a restrições por parte do Governo.

A afirmação corresponde à verdade, dado que o acesso dos cidadãos a fontes de informação internas e internacionais é mesmo irrestrito. Para além de jornais estrangeiros que são vendidos em Moçambique é possível receber em sinal aberto as emissões do canal africano da Televisão Portuguesa (TP-Africa). Da parte da rádio, transmitem em Moçambique em sinal aberto o serviço mundial da BBC, a RDP-Africa, a Rádio France Internacional e a Voz da América.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador;,,
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

5.0 (2005= 4.3; 2005= 5.0)

2.3. Esforços são feitos no sentido de aumentar o nível de circulação da imprensa escrita, particularmente nas zonas rurais.

Esforços não estão a ser feitos, em grande parte por culpa da própria indústria mediática, a qual não age de forma corporativa. Existe, por exemplo, a Associação de Empresas Jornalísticas (AEJ), mas que nada ou muito pouco faz. As empresas jornalísticas não fazem, por exemplo, parte da Confederação das Associações Económicas (CTA), sem o que elas não têm como ter acesso aos vários financiamentos que são disponibilizados por via desta organização, e que iriam permitir a expansão⁵.

O grande desafio neste momento é as próprias empresas jornalísticas alterarem o status quo. De como as coisas estão agora, mesmo o actual representante da AEJ no CSCS foi “apontado” pela direcção da AEJ, e não pela indústria, de forma democrática.

Scores:

Pontuação individual:



Média:

1.8 (2005= 1.1; 2007=1.9)

2.4. A independência editorial dos órgãos de imprensa pública escrita está adequadamente protegida contra interferência política.

Se se considerar o jornal Notícias como um órgão público, uma vez que a empresa que o explora é participada em mais de 50% pelo Banco de Moçambique, então a independência editorial não está adequadamente protegida.

A ética do Estado é muito questionável, uma vez permitir a participação do Banco Central em empresas jornalísticas, registadas como se de empresas privadas se

⁵ A mediacoop, empresa proprietária dos jornais SAVANA e mediafax e da rádio SAVANA FM teve que se filiar à Associação Comercial de Moçambique, para passar a ser parte da CTA

tratassem. Há informações que indicam que este (o Banco de Moçambique) está prestes a comprar uma nova rotativa para o jornal Notícias, que irá depois concorrer com os demais [jornais], que são contribuintes do Estado. Individualmente, pode haver no Notícias jornalistas que pretendam ser independentes, mas isso é muito difícil, dado que a presença forte do Banco de Moçambique abre espaço para que o poder político interfira nas actividades editoriais do jornal. Pode-se argumentar que o Banco de Moçambique, pelo seu estatuto é independente do poder político. Porém, esta independência pode ser aplicável em relação à função económica e financeira do Banco. O Governador do banco de Moçambique é nomeado pelo Presidente da República, que por sua vez é também Presidente de um partido político. Só esta relação de subordinação é suficiente para que em matérias relacionadas com a política editorial do Notícias, a independência do Governador do Banco de Moçambique (supondo que ela existe) seja suplantada pela vontade de quem a ele presta contas.

Scores:

Pontuação individual:

1	O país não atinge o indicador.	
2	O país atinge minimamente os aspectos do indicador..	
3	O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.	
4	O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.	
5	O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.	

Média:

1.6 (2005=1.3; 2007=1.1)

2.5. Há uma regulação/legislação adequada que procura evitar a concentração e monopólios na comunicação social.

Essa regulação não existe em Moçambique. Os participantes notaram que é devido à ausência de uma tal legislação que não existem normas no que diz respeito aos tipos de propriedade que podem ser exercidas e os limites dentro dos quais tais actividades são exercidas.

Sendo a comunicação social em Moçambique sido uma indústria largamente dirigida por profissionais da comunicação social, nunca houve no passado houve qualquer perigo de concentração e de monopólio, que pudesse por em causa os princípios do pluralismo e da diversidade. Contudo, esta situação de uma comunicação social dirigida por profissionais começa a dar espaço a investimentos de carácter empresarial na comunicação social, dirigidos por indivíduos para quem o lucro é o único objectivo. O surgimento do Grupo SOICO trouxe consigo

alguns elementos de concentração, com o grupo a actuar em todos os segmentos mais públicos da comunicação social, nomeadamente rádio, televisão e imprensa.

Scores:

Pontuação individual:

1	O país não atinge o indicador.	
2	O país atinge minimamente os aspectos do indicador..	
3	O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.	
4	O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.	
5	O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.	

Média:

1.4 (2005=1.0; 2007=2.5)

2.6. O Governo promove um ambiente de diversidade na comunicação social, criando as condições para a existência de órgãos de informação economicamente sustentáveis e independentes.

Há algumas questões positivas. A Lei do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por exemplo, isenta, no seu artigo 9º, a venda de jornais [deste imposto]. Mas existem igualmente aspectos negativos: as rádios comunitárias, que não têm como objectivo o lucro, tem o mesmo tratamento que é dispensado às rádios comerciais, que visam o lucro.

O Projecto de Desenvolvimento dos Media, que foi implementado no país de finais da década de 90 do século passado até aos meados da primeira década do século em curso (XXI), foi citado por alguns painelistas como constituindo exemplo do comprometimento governamental para com a diversidade na comunicação social, por via da criação de condições para a existência de órgãos de informação economicamente sustentáveis e independentes.

Outro grupo, porém, referiu que não é lícito afirmar-se isso quanto ao Projecto de Desenvolvimento dos Media, uma vez que “a geração desse projecto surgiu dentro da UNESCO, tendo o Governo sido acoplado apenas devido ao facto de a UNESCO ser uma organização intergovernamental”.

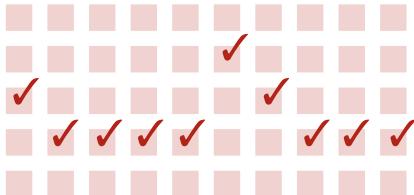
“Nunca senti apoio do Governo para a minha empresa [de comunicação social] ficar automaticamente sustentável”, precisou um dos painelistas, que é jornalista e empresário da indústria mediática.⁶

6 Não houve, nesta questão, consenso.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.7 (2005= n/a; 2007= n/a)

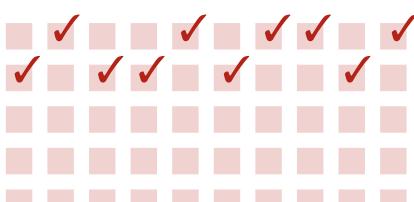
2.7. Toda a comunicação social reflecte vozes tanto de homens como de mulheres.

A comunicação social em Moçambique é ainda tendencialmente pró-homem. Há ainda poucas mulheres na comunicação social, quer como profissionais quer como fontes de informação. Os participantes estiveram divididos sobre as causas de tal situação, com alguns a defenderem que a situação é assim porque as mulheres enfrentam barreiras para fazerem ouvir as suas vozes, enquanto do lado oposto defendia-se o ponto de vista de que as próprias mulheres é que se marginalizam ao não fazerem o esforço necessário para se fazerem ouvir. Notou-se, porém, que a situação vai mudando gradualmente para o melhor, particularmente com o surgimento de jovens jornalistas do sexo feminino que tendem a romper com os pré-conceitos conservadores do passado.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

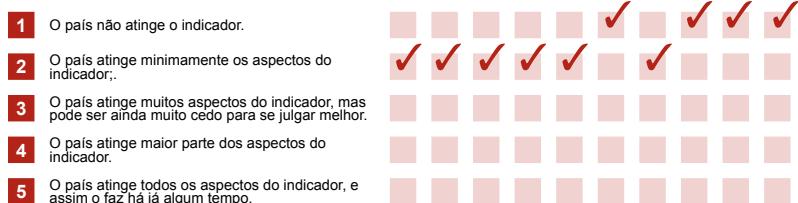
1.5 (2005= n/a; 2007= n/a)

2.8. Todos os media reflectem de forma justa e equilibrada as vozes de toda a sociedade na sua diversidade étnica, linguística, religiosa, política e social.

A diversidade cultural, étnica, linguística, religiosa, política e social que é Moçambique não se reflete nos media com a intensidade que seria de desejar. Na política há uma tendência de dar maior destaque ao partido no poder, fazendo-se o trabalho de cobertura da oposição como uma questão de opção. No campo religioso, um dos painelistas deu o exemplo da Comunidade Maometana que tentou criar um programa religioso na estação pública de televisão, a TVM. O programa não foi aceite sob o argumento de que Moçambique era um Estado laico. Contudo, a mesma estação continua até hoje a transmitir um programa semanal sobre a Religião Cristã.

Scores:

Pontuação individual:



Média:

1.6 (2005= n/a; 2007= n/a)

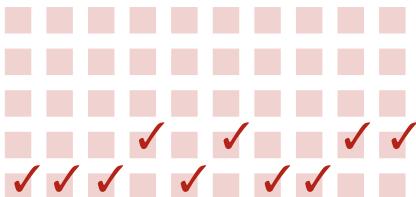
2.9. O país dispõe de uma política coerente sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), cujo objectivo é ir de encontro com as necessidades de todos os cidadãos, incluindo comunidades marginalizadas.

Moçambique é um dos países africanos que possui uma das políticas de TIC's mais abertas. Temos um considerável número de Centros de Media Comunitária e acções de expansão das TIC's. A ideia de "Vila do Milénio" reforça esta posição. O facto de a empresa Electricidade de Moçambique estar apostada na expansão da rede de energia, ao que se juntam os esforços do Fundo Nacional de Energia, que está a investir em energias renováveis, é um dado positivo.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador;..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

4.6 (2005= n/a; 2007= n/a)

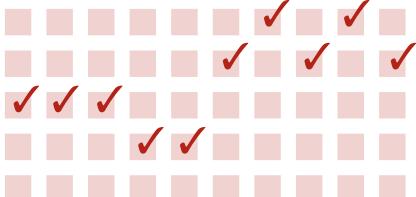
2.10. O Governo não recorre aos seus poderes no que respeita à colocação de publicidade como meio de interferir sobre os conteúdos editoriais dos órgãos de informação.

Em termos explícitos, isso não acontece. Mas o Governo não estabelece mecanismos de inclusividade. Não existe uma política formal sobre esta matéria, para que os mal intencionados não abusem da discricionariedade que possuem.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador;..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.5 (2005= 1.3; 2007=4.7)

2.11. O mercado da publicidade é suficientemente grande para dar sustentabilidade a uma diversidade de órgãos de informação.

O mercado de publicidade em Moçambique é muito magro, alimentado na prática apenas por duas ou três grandes empresas que disputam o mercado. Na essência o mercado de publicidade é dominado pelas duas únicas operadoras de telefonia móvel, a Mcel e a Vodacom. Fora destas duas empresas não existe muito mais em termos de publicidade sustentar uma imprensa livre, pluralista e diversificada. O outro maior anunciante é o Estado, que tem todos os dias que publicar anúncios sobre vagas, concursos públicos e outros anúncios. Estes anúncios tendem invariavelmente a serem monopolizados pelo jornal Notícias, devido muitas vezes à percepção errada de que o Notícias é o jornal de maior circulação, simplesmente porque por se tratar do jornal diário mais antigo. Há no país mais dois jornais diários, nomeadamente o Diário de Moçambique e O País, que não conseguem captar publicidade do Estado na mesma magnitude que o Notícias.

Scores:

Pontuação individual:

1	O país não atinge o indicador.	
2	O país atinge minimamente os aspectos do indicador..	
3	O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.	
4	O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.	
5	O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.	

Média:

1.3 (2005= 1.7; 2007= 1.5)

MÉDIA DO SECTOR 2: 2.4 (2005= 1.7; 2007=2.2)

VISION	BROADCAST RADIO	BROADCAST RADIO	TELEVISION
EAST RADIO	SATELITE NEWS	SATELITE NEWS	BROADCAST
ETE NEWS	PAPER MAGAZINES	PAPER MAGAZINES	SATELLITE
MAGAZINES	REPORTS THIRD	REPORTS THIRD	PAPER
TS THIRD	DEGREE DOCUMENTS	DEGREE DOCUMENTS	REPORT
DOCU-	LEGISLATION	MENTS LEGISLA-	DEGREE
LEGISLA-	QUESTIONS LAWS	TION QUESTIONS	LEGISL
QUESTIONS	PUBLICATION	LAWS PUBLICA-	QUESTIONS
PUBLICA-	FREEDOM ANSWERS	TION FREEDOM	PUBLIC
FREEDOM	PRESS INTERVIEWS	ANSWERS PRESS	FREEDOM
RS PRESS	MEDIA EFFICIENCY	INTERVIEWS	PRESS

SECTOR 3:

A regulação da área da radiodifusão
é transparente; a radiodifusão estatal
é transformada numa verdadeira
radiodifusão pública.

LINES RE-	PUBLICATION	DEGREE DOCU-	QUESTI
THIRD	FREEDOM ANSWERS	MENTS LEGISLA-	PUBLIC
DOCU-	PRESS INTERVIEWS	TION QUESTIONS	FREEDOM
LEGISLA-	MEDIA EFFICIENCY	LAWS PUBLICA-	PRESS
QUESTIONS	HONESTY ACCESS	TION FREEDOM	MEDIA
PUBLICA-	BOOKS TRANSLA-	ANSWERS PRESS	HONEST
FREEDOM	TION TRUTH POINT	INTERVIEWS	BOOKS
RS PRESS	OF VIEWS INFOR-	MEDIA EFFI-	TION T
VIEWS	MATION COMMUNI-	CENCY HONESTY	OF VIE
EFFI-	CATION CONSTITU-	ACCESS BOOKS	MATION
HONESTY	TION TELEVISION	TRANSLATION	CATION
S BOOKS	BROADCAST RADIO	TRUTH POINT OF	TION T
LATION	SATELITE NEWS	VIEWS INFORMA-	BROADC
POINT OF	PAPER MAGAZINES	TION COMMUNICA-	SATELI
INFORMA-	REPORTS THIRD	TION CONSTITU-	PAPER
COMMUNICA-	DEGREE DOCUMENTS	TION TELEVI-	REPORT
CONSTITU-	LEGISLATION	SION BROADCAST	DEGREE
TELEVI-	QUESTIONS LAWS	RADIO SATELITE	LEGISL
BROADCAST	PUBLICATION	NEWS PAPER	QUESTI
SATELITE	FREEDOM ANSWERS	MAGAZINES RE-	PUBLIC
PAPER	PRESS INTERVIEWS	PORTS THIRD	FREEDOM
LINES RE-	MEDIA EFFICIENCY	DEGREE DOCU-	PRESS
THIRD			MEDIA

Sector 3: A regulação da área da radiodifusão é transparente; a radiodifusão estatal é transformada numa verdadeira radiodifusão pública.

3.1. Legislação sobre radiodifusão existe e é implementada de tal forma que oferece um ambiente propício à existência de órgãos de radiodifusão dos sectores público, comunitário e comercial (privado).

Não existe em Moçambique uma legislação específica sobre a radiodifusão, embora esses sectores todos – público, comunitário e comercial/privado – existam. Há anos, foi elaborada uma proposta de Lei de Rádios Comunitárias, mas que nunca avançou. A legislação aplicável é a Lei número 18/91 de 10 de Agosto e a legislação sobre o espectro radioeléctrico. Temos, ainda, os decretos que em 1994 transformaram a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique em empresas públicas.

Quanto ao sector comunitário, importa frisar que este não existe em termos de lei específica; existe em termos de facto. A própria definição de Rádios Comunitárias no contexto moçambicano não é clara. Existem rádios que pertencem ao Instituto de Comunicação Social (ICS), uma instituição criada pelo governo para desenvolver acções de desenvolvimento da comunicação social nas zonas rurais. Essas rádios são também designadas de “comunitárias”. Há também outras rádios pertencentes a organizações religiosas, mas que também se assumem como comunitárias.

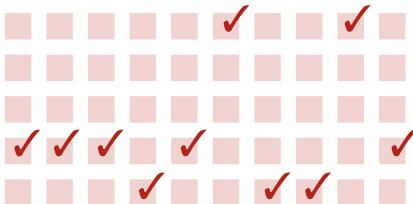
Os participantes reconheceram haver uma necessidade de o governo legislar sobre o sector da comunicação social rural, como forma de acabar com esta confusão.

Quanto ao sector da radiodifusão em geral, está actualmente em curso um processo de consultas entre o governo e as várias partes interessadas, tendo em vista a elaboração de uma de radiodifusão.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador,..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

3.7 (2005= 1.0; 2007=1.2)

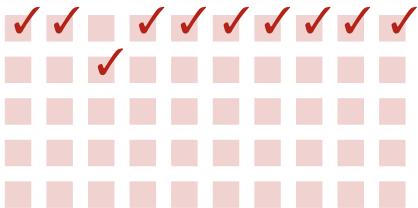
3.2. O sector da radiodifusão é regulado por uma entidade independente, adequadamente protegida por lei contra a interferência, cujo conselho de direcção é nomeado – de forma transparente – com o envolvimento da sociedade civil, e que não seja dominado por um partido político.

Não havendo uma lei de radiodifusão, também não existe uma entidade reguladora para o sector. Existe o Instituto Nacional de Comunicações (INCM) cuja função em parte é a atribuição de frequências. Na ausência de um instrumento legal, que imponha a transparéncia, o resultado é que mesmo a própria atribuição de frequências é feita de uma forma que o INCM exerce poderes discricionários muito amplos, o que pode, efectivamente, constituir uma forma de impedir a operação de estações de rádio ou de televisão por entidades vistas como hostis ao governo do dia. Por outro lado, não existem contrapartidas, em termos de responsabilidade pública, que são impostas como condição para a obtenção de uma licença de radiodifusão. Na verdade, o ambiente na radiodifusão, pondo de lado os receios dos amplos poderes discricionários do INCM, é tão liberal que há uma proliferação de estações de rádio cuja única utilidade pública que têm é dar música 24 horas por dia sete dias por semana.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador,..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

1.1 (2005= n/a; 2007= n/a)

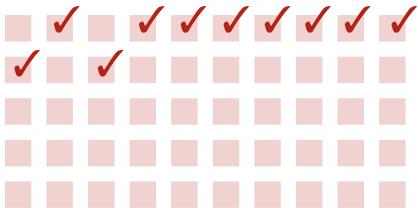
3.3. A referida entidade regula os serviços de radiodifusão e a atribuição de licenças de uma forma que seja no interesse público e garante um equilíbrio e uma diversidade de pontos de vista que geralmente reflectem a sociedade como um todo.

Essa entidade não existe, como já foi antes referido. E ela faz muita falta precisamente devido a esta necessidade de salvaguardar o interesse público.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador,..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

1.2 (2005=1.0; 2007=1.0)

3.4. A radiodifusão estatal/pública presta contas ao público através de um conselho de direcção representativo da sociedade no geral e que tenha sido composto de uma forma independente, aberta e transparente.

Há um défice muito grande nesta área. Nenhuma das duas entidades de radiodifusão pública presta contas ao público. E não há nenhuma representatividade nos seus corpos directivos. O artigo 10º da Lei número 17/91 (Lei das Empresas Públicas) refere que os administradores das empresas são nomeados e exonerados pelo ministro de tutela, enquanto que o Presidente do Conselho de Administração (PCA) é nomeado pelo Conselho de Ministros (CM). Os dois órgãos de radiodifusão pública são regidos por este dispositivo legal, o que até certo ponto entra em choque com o número 5 do artigo 48º da Constituição, que estabelece a independência dos órgãos de comunicação social do sector público.

A RM e a TVM são, frise-se, criados por estatuto próprio, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial; têm, estas empresas, estatuto próprio; a natureza pública afere-se mais pelo funcionamento, e não pelo critério de nomeação dos gestores. A Carta Africana sobre Radiodifusão fala da premência de as nomeações serem independentes.

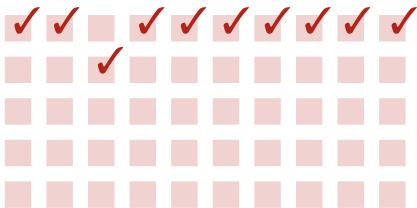
De facto, não há nenhuma transparência na maneira como são nomeados os corpos directivos da radiodifusão pública. A RM e a TVM, apesar do seu estatuto de entidades públicas funcionam essencialmente como rádio e televisão estatais. Isso tem implicações nos seus conteúdos, que estão a ficar cada vez mais comprometidos politicamente, notando-se uma crescente tendência ao favoritismo que elas têm vindo ao partido no poder, particularmente neste ano de eleições.

Como exemplo, pode-se citar um caso recente em que a Rádio Moçambique abandonou a transmissão que estava a fazer de uma sessão do parlamento para transmitir em directo uma reunião do Partido Frelimo que estava a decorrer na Matola, uma cidade adjacente a Maputo.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador,..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

1.2 (2005= 1.0; 2007=1.0)

3.5. Titulares de cargos de responsabilidade no Estado e nos partidos políticos, bem como os que possuem interesses financeiros na indústria da radiodifusão, são impedidos da possibilidade de se tornarem membros do conselho de direcção da radiodifusão estatal/pública.

Não há uma política explícita de exclusão. Mas a prática até aqui tem demonstrado que pessoas com cargos de responsabilidade no Estado e no partido no poder não assumem cargos de direcção ao nível da radiodifusão estatal/pública. Também não precisam.

Não existe em Moçambique um poder financeiro privado na indústria da radiodifusão, portanto esse perigo não existe. Mas Moçambique é um país onde o conceito de conflito de interesses não tem muita importância, onde as pessoas não são obrigadas a declarar os seus interesses.

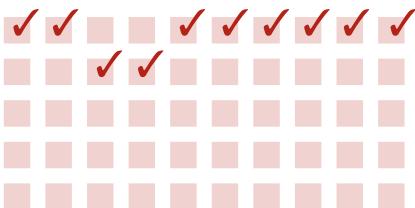
Mas o mais preocupante é a refinação dos métodos de controlo da rádio e televisão públicas por parte do poder político. Moçambique parecia ter conseguido avançar muito em termos da independência dos sectores públicos da comunicação social, mas de há cinco anos para cá começam a surgir tendências controlistas que devem ser motivo de preocupação.

O país não atinge o indicador.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador;..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

1.2 (2005= 1.0; 2007=1.7)

3.6. A independência editorial da radiodifusão estatal/pública em relação à influência política está garantida por lei, e é posta em prática.

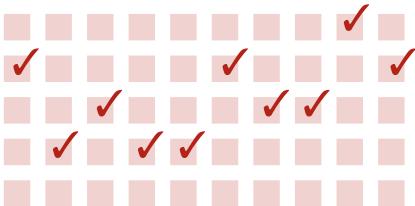
É, a independência editorial da radiodifusão estatal/pública em relação à influência política, garantida por lei, mas não é posta em prática. Dá-se mais tempo, por exemplo, ao partido no poder, mesmo quando este é chamado a reagir. Há, tanto na RM como na TVM, um domínio exagerado da Frelimo, o partido no poder.

A excessiva governamentalização da RM e da TVM, que é uma situação clara de promoção de não independência, pode não ser da iniciativa do Governo como tal, mas de alguns incompetentes e oportunistas que querem agradar o regime.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador;..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.8 (2005= n/a; 2007= n/a)

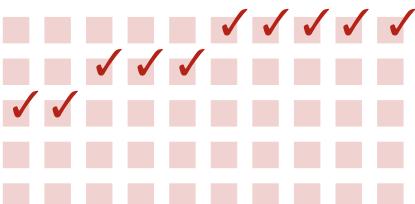
3.7. A radiodifusão estatal/pública é financiada de forma adequada, de tal modo a que esteja protegida de qualquer interferência arbitrária por via do seu orçamento e de outras pressões comerciais.

Os participantes foram unânimes quanto ao facto de que tanto a Rádio Moçambique como a Televisão de Moçambique não estão a ser adequadamente financiadas de tal maneira que estejam livres de interferência. Nos moldes actuais as duas instituições têm aquilo a que se denomina de Contrato-Programas, através dos quais o governo financia as suas actividades. Para além disso, a Rádio Moçambique colecta uma Taxa de Radiodifusão que é cobrada através das facturas de electricidade. Contudo, nem este modelo tem sido cumprido com a devida regularidade, colocando as duas instituições numa posição de extrema vulnerabilidade. Os participantes foram do ponto de vista de que um modelo adequado de financiamento da radiodifusão pública seria por via do parlamento, em conformidade com as recomendações da Declaração sobre a Liberdade de Expressão da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Foi notado que enquanto os orçamentos destas duas instituições tiverem que continuar a depender do poder discricionário do Ministro das Finanças, a sua independência não pode ser garantida. Um dos participantes notou que nas actuais circunstâncias, dificilmente estas duas instituições poderão investigar o Ministro das Finanças em caso de necessidade, dada a sua dependência em relação a eles. Sem um financiamento adequado, Os órgãos públicos de radiodifusão vêem-se obrigados a ter que funcionar como se fossem comerciais, impondo uma concorrência desleal ao sector comercial.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

1.7 (2005= n/a; 2007= n/a)

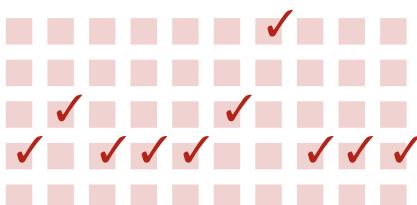
3.8. A radiodifusão estatal/pública é tecnicamente acessível em todo o país.

A RM é tecnicamente acessível em entre 70% a 80% do território nacional. A TVM ronda nos 30 a 40%. Há, agora, um acordo com as rádios e televisões comunitárias, para a retransmissão dos sinais da RM e da TVM nos distritos.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

3.5 (2005=2.0; 2007=4.3)

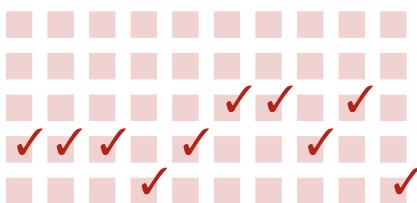
3.9. A radiodifusão estatal/pública oferece formatos de programação diversificados para todos os interesses.

É verdade que os formatos de programação da radiodifusão pública são geralmente diversificados. Nota-se um esforço especial nesse sentido, apesar de todos os constrangimentos impostos pelas débeis condições financeiras. Há programas para toda a gente e para todos os gostos. Há programas de debate público com pessoas de todos os estratos de pensamento, e em alguns casos com a participação do público via telefone ou email.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

3.9 (2005= 2.3; 2007=2.9)

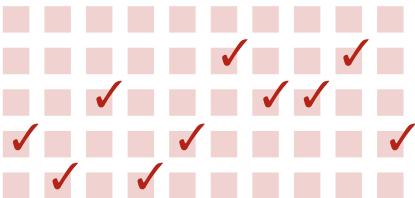
3.10. A radiodifusão estatal/pública oferece, nos seus boletins noticiosos e de informação geral, informação geral, equilibrada e equitativa, reflectindo o espectro completo dos diversos pontos de vista e opiniões.

Este indicador é geralmente atingido em Moçambique, mas mais poderia ser feito ainda, particularmente no que diz respeito aos boletins noticiosos. Nos programas interactivos, a situação é muito positiva.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
 - 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.
 - 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
 - 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
 - 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

3.5 (2005=1.7; 2007=3.7)

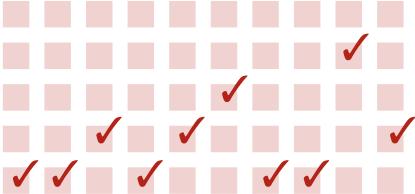
3.11. A radiodifusão estatal/pública oferece conteúdo local diversificado e criativo quanto economicamente possível.

Há esforços visíveis nesse sentido, mas muito ainda precisa ser feito. Há, por exemplo, pouca produção local na televisão, que passa uma grande parte do tempo de antena reservado ao entretenimento a mostrar telenovelas brasileiras.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
 - 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador;.
 - 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
 - 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
 - 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

4.2 (2005= 2.3; 2007= 4.0)

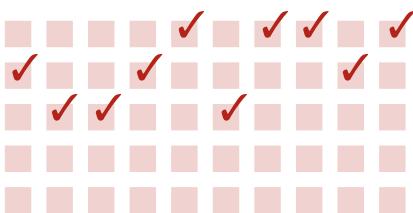
3.12. A radiodifusão comunitária goza se promoção especial, dado o seu potencial para tornar mais amplo o acesso das comunidades à informação radiofónica/televisiva.

Moçambique não atinge este indicador. Nem sequer existe uma lei de radiodifusão comunitária, dando a este sector uma promoção especial. O resultado disso é que é impossível distinguir o sector comunitário dos outros sectores. Há, por exemplo, estações de rádio que na essência são religiosas, mas que também se fazem passar por comunitárias.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador,..
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

1.9 (2005=1.7; 2007= 2.1)

MÉDIA DO SECTOR 3:

2.5 (2005= 1.5; 2007=2.0)

VISION	BROADCAST RADIO	BROADCAST RADIO	TELEVISION
LAST RADIO	SATELITE NEWS	SATELITE NEWS	BROADCAST
ETE NEWS	PAPER MAGAZINES	PAPER MAGAZINES	SATELLITE
MAGAZINES	REPORTS THIRD	REPORTS THIRD	PAPER
IS THIRD	DEGREE DOCUMENTS	DEGREE DOCUMENTS	REPORT
E DOCU-	LEGISLATION	MENTS LEGISLA-	DEGREE
LEGISLA-	QUESTIONS LAWS	TION QUESTIONS	LEGISL
QUESTIONS	PUBLICATION	LAWS PUBLICA-	QUESTI
PUBLICA-	FREEDOM ANSWERS	TION FREEDOM	PUBLIC
FREEDOM	PRESS INTERVIEWS	ANSWERS PRESS	FREEDO
RS PRESS	MEDIA EFFICIENCY	INTERVIEWS	PRESS

SECTOR 4:

A comunicação social guia-se pela prática dos mais altos padrões profissionais.

LINES RE-	PUBLICATION	DEGREE DOCU-	QUESTI
THIRD	FREEDOM ANSWERS	MENTS LEGISLA-	PUBLIC
E DOCU-	PRESS INTERVIEWS	TION QUESTIONS	FREEDO
LEGISLA-	MEDIA EFFICIENCY	LAWS PUBLICA-	PRESS
QUESTIONS	HONESTY ACCESS	TION FREEDOM	MEDIA
PUBLICA-	BOOKS TRANSLA-	ANSWERS PRESS	HONEST
FREEDOM	TION TRUTH POINT	INTERVIEWS	BOOKS
RS PRESS	OF VIEWS INFOR-	MEDIA EFFI-	QUESTI
VIEWS	MATION COMMUNI-	CENCY HONESTY	OF VIE
EFFI-	CATION CONSTITU-	ACCESS BOOKS	MATION
HONESTY	TION TELEVISION	TRANSLATION	CATION
S BOOKS	BROADCAST RADIO	TRUTH POINT OF	TION T
LATION	SATELITE NEWS	VIEWS INFORMA-	BROADC
POINT OF	PAPER MAGAZINES	TION COMMUNICA-	SATELI
INFORMA-	REPORTS THIRD	TION CONSTITU-	PAPER
COMMUNICA-	DEGREE DOCUMENTS	TION TELEVI-	REPORT
CONSTITU-	LEGISLATION	SION BROADCAST	DEGREE
TELEVI-	QUESTIONS LAWS	RADIO SATELITE	LEGISL
BROADCAST	PUBLICATION	NEWS PAPER	QUESTI
SATELITE	FREEDOM ANSWERS	MAGAZINES RE-	PUBLIC
PAPER	PRESS INTERVIEWS	PORTS THIRD	FREEDO
LINES RE-	MEDIA EFFICIENCY	DEGREE DOCU-	PRESS
THIRD		MEDIA	MEDIA

Sector 4: A comunicação social guia-se pela prática dos mais altos padrões profissionais.

4.1. A comunicação social segue códigos voluntários de padrões profissionais, que são implementados através de entidades de auto-regulação, que também lidam com reclamações públicas.

Órgãos de reclamação pública nada têm que ver com auto-regulação, de acordo com a Carta Africana sobre Radiodifusão. Auto-regulação é entre profissionais; não existe, em Moçambique, um órgão de auto-regulação como tal, mas a auto-regulação tem sido feita. Em 2003 foi elaborado e aprovado um Código de Cobertura Eleitoral, experiência que viria a ser repetida em 2008.

Foi feita, no âmbito do Código de Cobertura Eleitoral de 2008, uma monitoria à cobertura mediática do processo eleitoral, tendo sido o relatório produzido e aprovado por unanimidade pelos editores moçambicanos.

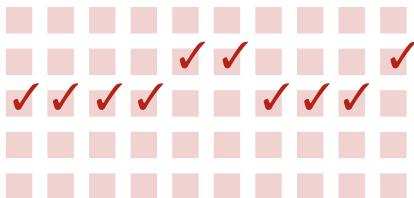
Temos, na verdade, uma experiência de auto-regulação, embora não exista uma instituição como tal de auto-regulação. Contrariamente ao que muitas vezes se pensa, o Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS) não é um órgão regulador. O número 1 do artigo 50 da Constituição da República define o CSCS como sendo “... um órgão de disciplina e de consulta, que assegura a independência dos meios de comunicação social, no exercício dos direitos à informação, à liberdade de imprensa, bem como dos direitos de antena e de resposta”. Mas como já foi referido anteriormente, um dos grandes problemas é que a Constituição remete muitos dos assuntos que ela contem a leis próprias. É o caso do CSCS, o qual por imperativos constitucionais deve ter uma lei própria, que regule a sua organização, composição, funcionamento e as demais competências. Na ausência dessa lei, a confusão sobre as atribuições do CSCS irá continuar.

Por outro lado, o Conselho Deontológico do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) poderia desempenhar um papel importante neste aspecto, mas isso não acontece, por aquele órgão estar inoperante. Há necessidade de revitalização deste órgão, tornando-o respeitável e credível, este “ser duvidoso”. Actualmente não se organizam debates e/ou palestras sobre questões éticas e deontológicas, o que não seria o caso se o Conselho Deontológico do SNJ funcionasse em pleno.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.7 (2005= 2.3; 2007= 3.0)

4.2. O padrão de processamento de informação (nos media) segue os princípios básicos da verdade dos factos e equilíbrio.

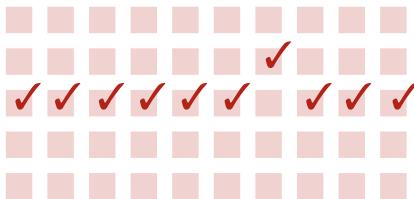
Este indicador é razoavelmente atingido no país; há falhas, mas, de uma maneira geral, faz-se o jornalismo como mandam as regras. O contraditório, por exemplo, já é feito quase que constantemente. Os factos são, nos últimos dias, devidamente investigados e apresentados.

De entre as situações preocupantes, pontifica o uso de cartas anónimas para a produção de estórias jornalísticas, às vezes sem nenhuma investigação e/ou cruzamento de informação. Preocupante é igualmente o facto de ainda ser baixa, no seio dos media, a consciência de que a correcção de erros é um dever.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

3.1 (2005=2.0; 2007=3.0)

4.3. A comunicação social cobre toda a gama de acontecimentos, assuntos e culturas, incluindo questões relacionadas com negócios/economia, cultura e artigos de investigação.

Há uma cobertura razoável de toda a gama de assuntos. Para além da política, que é a principal área de cobertura de grande parte da imprensa moçambicana, há também assuntos de desporto, economia, cultura e sociais. Há um défice quanto ao jornalismo de investigação. Embora haja algum esforço nesse sentido, nota-se que em grande parte a investigação não é feita de uma forma muito profunda.

Scores:

Pontuação individual:



Média:

4.0 (2005= 2.4; 2007= 3.6)

4.4. Os órgãos de comunicação social promovem uma política de oportunidades iguais, independentemente da raça, grupo social, género/sexo, religião, aptidão física e idade.

Não há uma política de oportunidades iguais. As mulheres jornalistas, por exemplo, são prejudicadas quando estão grávidas. Às mulheres são dados os assuntos todos como sendo de somenos importância e/ou relevância. Quase todos os órgão de comunicação social não possuem políticas de género.

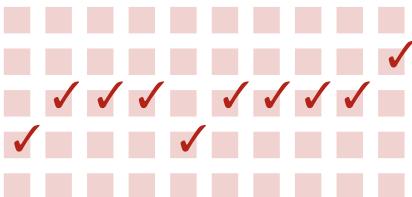
O preconceito machista continua a dominar a mentalidade de muitos editores, o que retarda o desenvolvimento da mulher jornalista. Apesar disso, começa a surgir no seio das mulheres jornalistas uma nova geração de profissionais que procuram lutar contra todas as barreiras que lhes são impostas, aventurando-se, por exemplo, mesmo para aquelas áreas que se consideram fora da sua esfera.

Uma das participantes contou, por exemplo, a sua própria experiência de como quando na redacção se julgava que o trabalho dela era cobrir assuntos de menos importância, ela fez, por iniciativa própria, esforço para cobrir o parlamento. Um aspecto positivo é o facto de, na RM e na TVM, programas sobre crianças serem feitos pelas próprias crianças.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
 - 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
 - 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
 - 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
 - 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

3.1 (2005= n/a; 2007= n/a)

4.5. Jornalistas e editores não praticam a auto-censura.

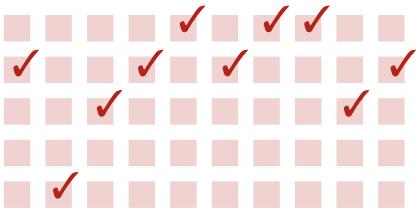
A auto-censura é praticada no país; há jornalistas e editores que praticam a auto-censura por estarem numa situação de conflito de interesse; há jornalistas e editores que são, ao mesmo tempo, assessores de imprensa de empresas, públicas e privadas, e de ministérios, o que os coloca numa situação de fraqueza profissional.

Quanto ao caso do governador da província de Tete, que em Março deste ano teceu, em público, graves ameaças ao correspondente do jornal *Notícias* naquele ponto do país, há sinais claros de auto-censura: a direcção editorial desta publicação não se pronunciou até ao momento em que este barómetro está a ser realizado; a presidente do Núcleo Provincial do MISA-Moçambique em Tete tentou praticar a auto-censura, sendo ela, por um lado, activista da liberdade de imprensa e de expressão, e, por outro, adida de imprensa do governo provincial de Tete.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.2 (2005=1.6; 2007=2.0)

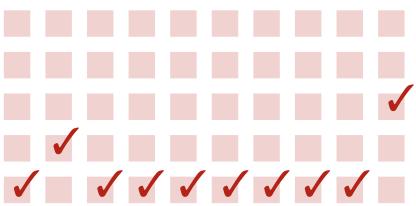
4.6. Proprietários dos órgãos convencionais de comunicação social do sector privado não interferem com a independência editorial.⁷

Não se pode, no caso moçambicano, falar de interferência como tal; há sim, no país, uma “ligação natural” entre o dono e o editor, que quase sempre é a mesma pessoa. Isto resulta do facto de que contrariamente ao que acontece em muitos casos, em Moçambique geralmente os empreendedores na área da comunicação social são eles próprios jornalistas, colocando-os numa posição em que não podem ser indiferentes ao que acontece na redacção.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

4.7 (2005=1.9; 2007=1.1)

⁷ Temos, em Moçambique, um modelo híbrido, uma vez que os donos dos jornais privados são jornalistas e/ou editores. Assim, a pergunta deveria deixar bem claro o que se pretende aferir com a palavra interferir; na verdade, não pode, um órgão privado, ser privado do dono, que é jornalista, muitas vezes responsável editorial máximo da publicação.

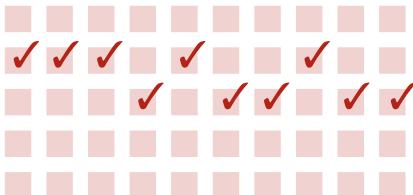
4.7. Jornalistas e os respectivos órgãos de informação possuem integridade e não são corruptos.

Temos, por um lado, jornalistas, e, por outro, os órgãos de informação; os órgãos de informação têm a sua integridade e tudo fazem para defendê-la, correndo, inclusive, com jornalistas que são surpreendidos numa situação de corrupção. Os jornalistas em si se envolvem, algumas vezes, em esquemas de corrupção. Em termos gerais, este indicador é razoavelmente atingido.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
 - 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
 - 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
 - 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
 - 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.5 (2005= n/a; 2007= n/a)

4.8. Os níveis salariais e as condições gerais de trabalho para os jornalistas e outros trabalhadores da comunicação social são adequados.

Em termos gerais, pode-se dizer que os salários são aceitáveis, quando comparados com o salário mais alto praticado noutras sectores de actividade. No jornalismo, o salário mais baixo é de pouco mais de quatro mil meticais (o equivalente a quase 140 dólares), pouco mais do dobro do salário mínimo mais alto [noutros sectores].⁸

Porém, a adequacidade do salário deve ser vista tendo em conta o custo de vida, o risco, a responsabilidade e o prestígio da profissão. Por aqui, não seria por demais considerar que os salários são baixos, ao que se acresce o facto de as condições de trabalho serem geralmente más. Há empresas jornalísticas que nem sequer têm contratos de trabalho com os seus trabalhadores (incluindo jornalistas). Os participante consideraram que há uma necessidade de todas as organizações ligadas à comunicação social, nomeadamente os empregadores, o Sindicato nacional de Jornalistas, o MISA e o Fórum dos Editores se juntarem para encontrarem

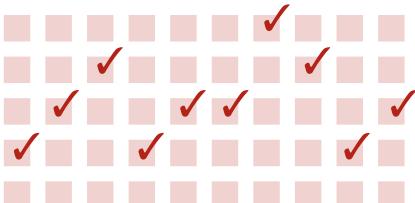
⁸ Não existe, em Moçambique, um salário mínimo para a profissão de jornalista. O mínimo aqui apresentado resulta da média dos mínimos de quatro órgãos de informação, designadamente a Rádio Moçambique, o SAVANA, a Agência de Informação de Moçambique e o Magazine Independente.

um padrão comum de remuneração que permita que o jornalista possa viver em dignidade.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

2.9 (2005= n/a; 2007= n/a)

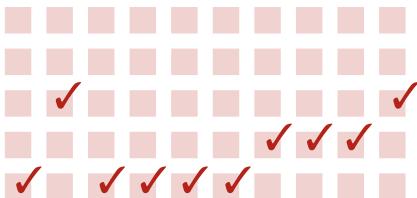
4.9. Profissionais da comunicação social têm acesso a instituições de ensino que oferecem programas formais de qualificação académica, bem como oportunidades para a elevação de conhecimentos técnico-profissionais.

Há uma Escola de Jornalismo com quase trinta anos de existência. Inicialmente a escola esteve ligada ao Sindicato Nacional de Jornalistas, tendo passado depois a estar sob responsabilidade do GABINFO. Recentemente, a escola (que era do nível médio) foi elevada à categoria de escola superior, dependendo do Ministério da Educação. A Universidade Eduardo Mondlane tem uma Escola de Comunicação e Arte, que em 2008 graduou os seus primeiros estudantes com o nível de licenciatura. O não há em Moçambique são instituições de reciclagem profissional. Por outro lado, há distanciamento entre as instituições de formação em jornalismo existentes e a própria indústria, o que muitas vezes significa que os graduados dessas escolas encontram dificuldades em corresponder às expectativas da indústria.

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

4.3 (2005= 2.3; 2007= 4.5)

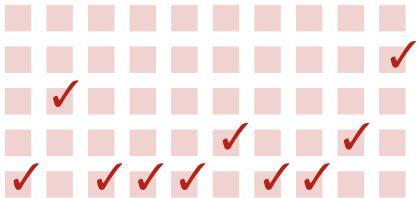
4.10. Jornalistas e outros profissionais da comunicação social estão organizados em sindicatos e/ou associações profissionais.

Estão sim organizados em sindicatos e associações, embora algo tenha ainda que ser feito, no sentido de tornar essas instituições mais relevantes, particularmente o Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ).

Scores:

Pontuação individual:

- 1** O país não atinge o indicador.
- 2** O país atinge minimamente os aspectos do indicador.;
- 3** O país atinge muitos aspectos do indicador, mas pode ser ainda muito cedo para se julgar melhor.
- 4** O país atinge maior parte dos aspectos do indicador.
- 5** O país atinge todos os aspectos do indicador, e assim o faz há já algum tempo.



Média:

4.3 (2005= 2.1; 2007=4.6)

MÉDIA DO SECTOR 4: 3.4 (2005= 2.1 ; 2007= 2.8)

MÉDIA GLOBAL DE 2009: 3.0 (2005= 2.0; 2007= 2.5)

Questões de seguimento para a Terceira Ronda

1. Que desenvolvimentos (ou mudanças) positivos se registaram ao nível dos media nos últimos dois anos?

- Um dos aspectos positivos é a existência, nos últimos dias, de mais órgãos de informação, sobretudo rádios e televisões; também aumentou o número de jornais;
- Parece haver condições que permitem o exercício da liberdade de imprensa e de expressão, depois dos receios que se verificaram nos primeiros dois anos do mandato do actual Presidente da República. Os receios estavam relacionados com a imagem que se tinha de Armando Guebuza, de que ele iria actuar no sentido de reverter os ganhos de liberdade conquistados com o surgimento do multipartidarismo e o fim da guerra. De uma maneira geral tais receios não se conformaram;
- A crescente escolarização dos jornalistas é algo de positivo; mais positivo ainda é o facto de, nos últimos anos, os jornalistas estarem a estudar para permanecerem nas redacções, a fazer jornalismo; há cada vez mais consciência de acertividade por parte dos jornalistas;
- No domínio das televisões, há cada vez mais concorrência, particularmente entre a TVM e a STV;
- A denúncia rápida dos casos de violação da liberdade de imprensa e de expressão, por parte do MISA-Moçambique, está a ajudar a criar uma maior respeitabilidade do jornalista na sociedade;
- Em barómetro realizado em 2007, havia ainda receios de deterioração do ambiente da liberdade de imprensa, dado que o país tinha um novo Chefe do Estado, mas nada disso ocorreu: pelo contrário, o actual PR mostra muita colaboração e abertura para com os media; face a isso, os ministros se sentem obrigados a primar por uma política de “portas abertas”, o que flexibiliza até certo ponto a disponibilização de informação.

2. Que desenvolvimentos (ou mudanças) negativos se registaram ao nível dos media nos últimos dois anos?

- De entre os aspectos negativos, há a destacar a existência de cada vez mais processos judiciais contra jornalistas, ao que se ajuntam outros actos intimidatórios; algumas dessas acções negativas são politicamente motivadas;
- Alguns órgãos de informação continuaram, nos últimos dois anos, a não respeitar os mais elementares critérios de qualidade jornalística;
- Continua a escassear o nível de debate público e, nas poucas vezes em que os há, não são massivamente atendidos pelos jornalistas; somente os estudantes de jornalismo é que os encaram como espaços de consolidação de conhecimentos;
- Aumentaram os casos de conflitos de interesse, havendo muitos jornalistas que desempenham, simultaneamente, funções de assessoria de imprensa, mas os órgãos de informação que os empregam nada fazem para se estancarem situações tais.

3. No caso de mudanças positivas: Quem ou quais foram os principais impulsionadores/actores?

- As mudanças positivas foram impulsionadas pelos próprios jornalistas e pelas organizações que trabalham na área dos media; a indústria mediática nacional está a assumir, sozinha, as mudanças;
- Os jornais com baixa qualidade editorial estão a fazer um esforço de auto-superação, o que é positivo;
- No domínio oficial, há que destacar as iniciativas presidenciais.

4. Quais são os principais obstáculos para futuros (e mais) desenvolvimentos positivos?

- A inexistência de uma legislação específica sobre radiodifusão é preocupante; esta lei estabeleceria ainda os mecanismos de funcionamento dos órgãos do sector público de radiodifusão;

- A inexistência é um órgão regulador, e que seja independente, é outro obstáculo ao desenvolvimento do sector da comunicação social;
- Lei de Direito à Informação precisa-se;
- O poder tem uma posição paternalista quanto à liberdade de imprensa; a situação é de tolerância e não de convicção profunda;
- É preciso trabalhar-se no sentido de revogar toda a legislação anti-media, particularmente a lei 19/91, que trata dos crimes contra a segurança do Estado;
- A existência de um CSCS cujas funções não estão bem claras constitui outro obstáculo, embora possua, com a nova CR (de 2004) dignidade constitucional;
- É igualmente preocupante a inexistência de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento do sector dos media; não existe, por exemplo, uma política de distribuição de jornais, o que significa que as empresas jornalísticas têm que suportar altos custos de distribuição, podendo dessa maneira prejudicar a disponibilidade de jornais nos pontos de difícil acesso.

5. Que tipo de actividades serão necessárias para os próximos dois anos?

- O relatório do African Media Barometer deve ser massivamente disseminado em todas as províncias do país, através de encontros e/ou debates públicos; o relatório do AMB tem que ser igualmente publicado sob a forma de publicidade redigida nos media;
- Quanto à radiodifusão, deve-se chamar atenção à existência de grandes lacunas legislativas;
- É urgente a criação de leis favoráveis à liberdade de expressão, previstas na CR, mas que nunca são criadas (réplica política, direito de antena, etc);
- Há que negociar as condições de acesso à profissão, para efeitos de credibilização da profissão de jornalista, e de progressão na carreira profissional, para que não hajam muitas discrepâncias quando os jornalistas se movimentam de um órgão para o outro;
- O MISA-Moçambique e a FES devem mobilizar fundos para a realização de uma Conferência sobre Jornalismo em Moçambique, para a discussão de

questões relacionadas com qualidade, ética e deontologia profissionais, bem como outros temas de importância para a profissão.

- Esforços devem ser feitos para que as organizações ligadas à comunicação social se tornem mais acutilantes e realizem consultas regulares entre elas sobre questões de interesse geral para a área da comunicação social.

Moçambique realizou de 12 a 14 de Junho de 2009 a terceira ronda do Barómetro Africano dos Media (AMB). O exercício teve lugar na Ilha da Inhaca, perto da Cidade de Maputo, a capital. O painel era constituído por 10 membros, representando jornalistas, proprietários de órgãos de comunicação social, académicos e membros da sociedade civil. Estiveram presentes três observadores, nomeadamente Tomás Vieira Mário, Presidente do MISA-Moçambique, Manfred Ohm, Representante Residente da Fundação Friedrich Ebert em Moçambique, e Beate Barthel, funcionária desta Fundação. Fernando Gonçalves foi o moderador. O exercício consistiu de um debate aberto e franco entre os participantes, tendo como base os 45 indicadores do Barómetro.

Painelistas:

Eduardo Sitoé- Universidade Eduardo Mondlane/ FLCS/CAP; Egídio Vaz- Consultante; Fátima Mimbre- AIM; Fernando Lima- Mediacoop; Gil Lauriciano-ISRI; Inusso Hamido- Radio “A voz do Islam”; Joana Macia- Notícias; João Nobre- Universidad Pedagógica Maputo; Salomão Moyana- Magazine Multimédia; Sauzande Jeque- Rádio Moçambique;

Observadores:

Tomás Vieira Mário
Manfred Ohm
Beate Barthel

Moderador:

Fernando Gonçalves

Relator:

Ericino de Salema

Note:



AFRICAN MEDIA BAROMETER

The first home grown analysis of the
media landscape in Africa



MOZAMBIQUE 2009

English Version

MAGAZINES DEGREE DOCUMENTS DEGREE DOCUMENTS REPORTS

CONTENT

EFFICIENCY TRUTH POINT ACCESS BOOKS

SECTOR 1

11

Freedom of expression, including freedom of the media, are effectively protected and promoted

SECTOR 2

25

The media landscape including new media, is characterised by diversity, independence and sustainability

SECTOR 3

37

Broadcasting regulation is transparent and independent, the state broadcaster is transformed into a truly public broadcaster

SECTOR 4

49

The Media practise high levels of professional standards

The African Media Barometer (AMB)

The Friedrich-Ebert-Stiftung's African Media Project (fesmedia Africa) took the initiative together with the Media Institute of Southern Africa (MISA) to start the African Media Barometer (AMB) in April 2005, a self assessment exercise done by Africans themselves according to homegrown criteria. The project is the first in-depth and comprehensive description and measurement system for national media environments on the African continent.

The benchmarks are to a large extent taken from the African Commission for Human and Peoples' Rights (ACHPR)¹ "Declaration of Principles on Freedom of Expression in Africa", adopted in 2002. This declaration was largely inspired by the groundbreaking "Windhoek Declaration on Promoting an Independent and Pluralistic African Press" (1991) and the "African Charter on Broadcasting" (2001).

By the end of 2008, 23 sub-Saharan countries have been covered by the AMB. In 2007 those countries which started the exercise in 2005, were revisited providing for the first time comparable data to measure developments in a country over a two-year period.

For 2009 the indicators were reviewed, amended and some new indicators such as those addressing Information Communication Technology (ICT) were added.²

Methodology: A panel of experts is formed in each country, including representatives of media and civil society at large in equal numbers. They are serving as panel members in their personal capacities, not as representatives of their respective organisations. The panel consists of not more than ten members. They will meet bi-annually for two days retreats to go in a self-assessment process through the indicators in a qualitative discussion and determine (quantitative) scores for each indicator. The meetings will be chaired by an independent consultant to ensure comparable results. The resulting reports are made public.

Scoring system: Panel members are asked to allocate their individual scores to the respective indicators after the qualitative discussion in an anonymous vote according to the following scale:

1 The ACHPR is the authoritative organ of the African Union (AU) mandated to interpret the African Charter on Human and Peoples' Rights
2 Consequently, the comparison of some indicators of the 2005 and 2007 report is not applicable (n/a) in some instances in which the indicator is new or has been amended considerably.

1	Country does not meet indicator	
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	
4	Country meets most aspects of indicator.	
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	

Scores for each sector are determined as follows: Members of the panel will, after a qualitative group discussion, attach their individual point-score (1 – 5) to each sub-indicator of a sector. The sum of all individual scores will be divided by the number of panel members. The result will then be considered the final score for the sub-indicator.

This qualitative report, including the scores, serves the purpose of measuring over time (based on bi-annual repetitions of the panel meetings) the progress or otherwise developments in the media landscape.

Kaitira Kandjii
Regional Director
Media Institute of Southern Africa
Windhoek, Namibia

Rolf Paasch
Head of fesmedia Africa
Friedrich-Ebert-Stiftung
Windhoek, Namibia

AFRICAN MEDIA BAROMETER MOZAMBIQUE 2009

EXECUTIVE SUMMARY

General situation on freedom of expression and freedom of the press

From the debates it became clear that Mozambique is a democratic country based on the Rule of Law, where Freedom of Expression and Freedom of the Press are recognised in the Constitution of the Republic as Fundamental Rights. It was noted that these freedoms were specifically enshrined in Section 48 of the Constitution, which says in its paragraph 1, that: "All citizens have the right to freedom of expression, freedom of the press, as well as the right to information".

The right to freedom of the press is further dealt with in detail under Act number 18/91, commonly known as the Media Law, which sets out the mechanisms through which such a constitutional guarantee is put into practice.

The media in Mozambique is characterised by an environment of pluralism and diversity, covering all segments, and thus offering broader opportunities for choice by the public.

In the last two years there has been an increase in the number of newspapers and radio and television stations.

Taken together these elements, it is safe to say that there exist the foundations necessary for the exercising of the freedom of expression and the freedom of the press. But it often happens that there is a yawning gap between what the law says and what happens in practice in the day-to-day life, as a result of circumstances brought about by individual attitudes of the various actors. There is also the fact that certain legislation enacted during the one-party state era is still in force, and being applied by the courts without taking into account the fact that it is contrary to the spirit (and sometimes the letter) of the current Constitution.

Such is, for example, the case with Act number 19/91, also known by its official title as the Crimes Against the State Act. This law establishes, in its paragraph 1, that "crimes of defamation, calumny and slander committed against the President of the Republic, the Speaker of Parliament, members of the Cabinet, Judges of the Supreme Court and members of the Constitutional Council (effectively a Constitutional Court) shall be punishable with a prison sentence of no less than one year and a maximum of two years plus a corresponding fine".

It follows, from this piece of legislation, that defamation, calumny and slander against the personalities referred to above constitutes a crime against state security. It is interesting to note that this law was passed immediately after the Media Law, a fact which serves to demonstrate the spirit of the legislators at the time, which was to take away with the left hand what they had previously given with the right hand.

It is equally important to note that this law was passed by the same one-party state legislature, which also passed the first multiparty constitution in 1990.

This legal instrument seems to have been enacted in order to be in line with a provision in the 1990 constitution under which the President of the Republic enjoyed immunity against civil and criminal prosecution for acts committed during his term of office.

Under that 1990 constitution, the President of the Republic was not liable during his term of office for acts committed outside the exercising of his functions.

However, this immunity was set aside with the entry into force of a new constitution in 2005, which among other things determines, in its section 153, paragraph 1, that that the President of the Republic is liable in the Supreme Court “for crimes committed in the exercising of his functions...”

The law of crimes against the state was evoked in 2008 in a case brought against the weekly newspaper *Zambeze*, after the paper published an article which questioned the Mozambican citizenship of Prime Minister Luisa Diogo, due to her marriage. Although the judge who presided over the case put aside the more serious charge of crime against state security, he did not declare the fact that this very charge was contrary to the spirit of the new constitution.

One of the actions that will have to be taken by for the various media advocacy organisations, based on the conclusions of this third round of the AMB is to lobby the relevant government institutions, civil society and parliament for a review or complete removal of some of the laws that unreasonably interfere with the freedom of expression and freedom of the press, which are not necessary in a democratic society.

In spite of all the progress that has been made in securing fundamental freedoms in Mozambique, including freedom of the press, there is a need to remain vigilant, with the objective of countering some negative tendencies which sometimes act against the exercising of such freedoms.

There have lately been cases which can be understood as attempts to limiting freedom of the press or at the very least acts of intimidation against journalists in order to prevent them from exercising their right to inform. There has been an

upsurge of legal cases for alleged defamation, often brought about in the courts without first resorting to conciliation mechanisms such as the right of reply.

Although the exercising of the right of reply may not necessarily preclude the right of the offended party to resort to the courts for redress, the nature of the amounts being demanded as compensation clearly indicate that the intention in most of these cases is to economically debilitate the media house in question. Add to that the fact that in their totality these cases have been brought about either by government officials or persons with close links to it, part of the Mozambican elite who are in fact so rich that they do not even need the money that is demanded.

Even more worrying is the general attitude of judges, who often preside over these cases without trying to find mitigating elements such as for example, the fact that the journalists in question would not have intended to offend the plaintiffs.

Professional standards and general working conditions for journalists

Participants agreed that generally, media practitioners in Mozambique adhere to the basic principles of professionalism.

Censorship is prohibited, by law, but it was noted that there are situations when journalists practise self-censorship, possibly as a result of a certain culture of fear, which is reflected generally in the proliferation of anonymous letters sent to media houses by members of the public denouncing a number of issues they regard as irregularities.

From the debates during the third round of the AMB there was one issue that was brought to the fore, and which must be a subject of reflection amongst the various organisations that deal with media issues. It has to do with salaries and the general working conditions for journalists. There was no consensus as to whether these conditions were adequate or not. Some were of the view that, if compared with the salaries that are practised in other sectors, journalists had relatively better salaries, with a minimum salary of 4 000.00 Meticais (equivalent of US\$140.00), and an average of 10 000.00 Meticais (about US\$345.00) for more senior journalists. However, others pointed out that journalists' salaries have to be weighted against cost of living, the risk and prestige associated with the profession, something that does not apply to other professions that were used as a comparison. For those who hold this view if such factors are to be taken into account, then it would suffice to conclude that journalists in Mozambique are generally badly paid.

One other related issue that was raised was about some journalists who work without contracts. It may be necessary here perhaps for media companies in Mozambique to adhere to the relevant ISO mechanism, which would go a long

way to assist them in complying with internationally acceptable standards for this industry.

Gender issues

The participants were unanimous in their view that a lot needs to be done in order to achieve acceptable levels of gender equity in the media industry. Generally, women continue to be marginalised both from the point of view of being part of the profession as well as sources of information. Even in those cases where women are in the newsroom, the tendency on the part of editors is to assign them to less important beats such as covering women and children issues.

However, it was noted that this tendency is changing gradually, with the entry into the profession of young women who are academically better qualified and who are themselves beginning to demand a greater role in editorial policy formulation and for more intervention.

Broadcasting

Mozambique still does not have a specific broadcasting law. This means that this sector still remains highly unregulated. In turn, this leads to a situation where the state is left without any powers to impose a set of rules and standards to be observed by this growing industry, such as for example, obligations on local content and languages.

This has a negative impact on the local artistic industry, which in the absence of such an obligation remains deprived of a potentially important source of revenue. A broadcasting law has been in preparation for the past two years, but it is difficult at the moment to establish at what stage that process is.

However, despite this legal deficit it is important to note that both Radio Mozambique and Mozambique Television have since 1994 been transformed into public service broadcasters through statutory instruments 18 and 19/94 respectively.

What should be questioned is whether these two entities, bearing in mind their governing models, can indeed be considered to public service broadcasters. There is effectively no public involvement in the management of both Radio Mozambique and Mozambique Television, as the chief executive officers of both institutions are directly appointed by Cabinet. The media law requires that this process be done in consultation with the Media Supreme Council, but it is common knowledge that even if such consultation is held is merely a formality, since the this body is largely seen as very weak and with no authority to challenge government.

The way the two institutions are financed is not adequate enough to make them qualify as public service broadcasters, even though one should recognise that in

their work, particularly Radio Mozambique, have shown an effort in serving the public and not just operating as instruments of propaganda.

Community sector

One other sector that requires special attention is the community media, given its potential to broaden the exercising of press freedom to the rural areas. There is no special legislation to cover this sector, forcing it to co-exist on equal terms with the conventional media sector.

Public sector print media

Formally there is no public sector print media in Mozambique. But the matter concerning the *Notícias* Group always raises questions as to whether this statement is correct. From a legal point of view, the *Notícias* Group is a registered private company. The Group owns three newspapers, namely the daily *Notícias*, the company's flagship, and the weeklies *Domingo* and *Desafio*, the latter being a sports paper.

What has been the subject of heated debates in connection with this Group is that its majority shareholder is the Bank of Mozambique, the country's central bank. There are two state-owned companies that own shares in *Sociedade do Notícias*. These are EMOSE, which is an insurance company, and PETROMOC, the state oil import and distribution company. The most minority shareholder is an agro-based company called João Ferreira dos Santos.

The first issue that is raised is whether it is not a distortion of the market when the central bank, which is a public entity, resorts to public funds in order to compete with the private sector in the media industry, under the pretence of being just any other private player in the market?

Secondly, would it be correct to say that a company that is mostly held by such large public entities is a private company in the same mould as a commercial entity belonging to one or more individuals who use their own or borrowed funds to sustain their business?

All these issues must remain on the agenda of the debate about freedom of expression and freedom of the press in Mozambique, there being a need for interventions that contribute for the establishment of a process of reforms leading to a society that is increasingly democratic, free and prosperous.

VISION	BROADCAST RADIO	BROADCAST RADIO	TELEVI-
EAST RADIO	SATELITE NEWS	SATELITE NEWS	BROADC
ETE NEWS	PAPER MAGAZINES	PAPER MAGAZINES	SATELI
MAGAZINES	REPORTS THIRD	REPORTS THIRD	PAPER
TS THIRD	DEGREE DOCUMENTS	DEGREE DOCU-	REPORT
E DOCU-	LEGISLATION	MENTS LEGISLA-	DEGREE
LEGISLA-	QUESTIONS LAWS	TION QUESTIONS	LEGISL
QUESTIONS	PUBLICATION	LAWS PUBLICA-	QUESTI
PUBLICA-	FREEDOM ANSWERS	TION FREEDOM	PUBLIC
FREEDOM	PRESS INTERVIEWS	ANSWERS PRESS	FREEDO
RS PRESS	MEDIA EFFICIENCY	INTERVIEWS	PRESS

SECTOR 1:

**Freedom of expression, including
freedom of the media, are effectively
protected and promoted.**

LINES RE-	PUBLICATION	DEGREE DOCU-	QUESTI
THIRD	FREEDOM ANSWERS	MENTS LEGISLA-	PUBLIC
E DOCU-	PRESS INTERVIEWS	TION QUESTIONS	FREEDO
LEGISLA-	MEDIA EFFICIENCY	LAWS PUBLICA-	PRESS
QUESTIONS	HONESTY ACCESS	TION FREEDOM	MEDIA
PUBLICA-	BOOKS TRANSLA-	ANSWERS PRESS	HONEST
FREEDOM	TION TRUTH POINT	INTERVIEWS	BOOKS
RS PRESS	OF VIEWS INFOR-	MEDIA EFFI-	QUESTI
VIEWS	MATION COMMUNI-	CENCY HONESTY	OF VIE
EFFI-	CATION CONSTITU-	ACCESS BOOKS	MATION
HONESTY	TION TELEVISION	TRANSLATION	CATION
S BOOKS	BROADCAST RADIO	TRUTH POINT OF	TIION T
LATION	SATELITE NEWS	VIEWS INFORMA-	BROADC
POINT OF	PAPER MAGAZINES	TION COMMUNICA-	SATELI
INFORMA-	REPORTS THIRD	TION CONSTITU-	PAPER
COMMUNICA-	DEGREE DOCUMENTS	TION TELEVI-	REPORT
CONSTITU-	LEGISLATION	SION BROADCAST	DEGREE
TELEVI-	QUESTIONS LAWS	RADIO SATELITE	LEGISL
BROADCAST	PUBLICATION	NEWS PAPER	QUESTI
SATELLITE	FREEDOM ANSWERS	MAGAZINES RE-	PUBLIC
PAPER	PRESS INTERVIEWS	PORTS THIRD	FREEDO
LINES RE-	MEDIA EFFICIENCY	DEGREE DOCU-	PRESS
THIRD			MEDIA

Sector 1: Freedom of expression including freedom of the media, are effectively protected and promoted

1.1 Freedom of expression, including freedom of the media, is guaranteed in the constitution and supported by other pieces of legislation.

Analysis:

Both freedom of expression and freedom of the press are guaranteed in the Constitution of the Republic of Mozambique. These guarantees become operational under Statutory Instrument number 18/91, passed by parliament in August 1991, commonly known as the Press Law. Under section 48, paragraph 1 Mozambique's Constitution establishes that "All citizens have the right to freedom of expression, freedom of the press, as well as the right to information". Paragraph 4 of same article broadens such freedoms to include the public sector media, where it says journalists are entitled free expression and exchange of ideas representing different currents of opinions.

On its part, the press law recognises, in its section 30, paragraph 1, the right of journalists to confidential sources of information. To that effect, the law says that journalists' silence in relation to or refusal to reveal their sources of information should not be cause for "any kind of sanction".

However, the panelists noted that despite this favourable legal environment, a closer look at the constitution can lead to the conclusion that it gives with the right hand what it takes away with the left one, by constantly remitting most of the rights it gives to statutory legislation that still does not exist. Such is the example of section 49, paragraph 2, of the constitution, which gives political parties with parliamentary representation the right of reply in the public service broadcaster, in relation to government policy statements. Paragraph 3 of article 49 of the constitution extends this right to "trade unions and professional, economic and social organisations". The constitution says that the exercising of this right is subject to a statutory legislation, which to date has not been enacted.

Still on the subject of constitutional guarantees that can not be enjoyed for lack of specific legislation there is section 50 of the constitution, which defines the general

principles governing the Higher Media Council (ISCS). However, with respect to the organisation, composition, functioning and other competences of this body the constitution says that they are subject to regulation through a specific statutory legislation, which similarly does not exist.

In the panelists' general opinion we are facing situations of legal omissions that in effect amount to violations of the constitution.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓	✓							✓	✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.			✓	✓			✓	✓			
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.					✓						
4	Country meets most aspects of indicator.											
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.											

Average score:

3.6 (2005=2.6; 2007= 4.7)

1.2 The right to freedom of expression is practiced and citizens, including journalists, are asserting their rights without fear.

Analysis:

The participants were in agreement as to the fact that, generally, freedom of expression is exercised by both citizens and journalists. They recognised, however, that there are situations where individuals, including journalists, are afraid of exercising such rights merely for personal reasons. As the participants put it, there is no institutionalised fear; quite to the contrary, the reigning environment in the country is conducive to the exercising of individual freedoms. In such circumstances, therefore, the fear is more personal. It was noted that such fear is becoming increasingly more apparent in the public sector, where public servants tend to refrain from talking about their work, even about those issues that are obviously less problematic or controversial. The panellists concluded also that this culture of fear becomes more intense as we move away from urban centres. The culture of fear can be measured through the rising number of anonymous sources

of information; when a source of information asks to remain anonymous, even on non controversial issues that are a clear sign of the prevailing culture of fear.

The participants also called for the need to understand fear in three possible dimensions:

- i) **Ignorance:** Often when someone does not have knowledge about a specific legislation or procedures the tendency is to remain closed and defensive, blocking access to certain information by journalists and the public in general. Here the information is not released not because of superior orders, but simply because the person who is responsible for releasing such information does not know what procedures to follow;
- ii) **Incompetence:** There are, on the other hand, individuals who do not release information simply because they do not know how “thing” are done, particularly at the level of the public service; and
- iii) **Opportunism:** There are those who are opportunists, who take advantage of any situation that comes their way for personal advantage, in a way that can be interpreted as resulting from fear.

If it is true that the culture of fear becomes more pronounced as we move away from urban centres such as Maputo, the national capital, it can not be ruled as untrue the fact that there are also some spots of fear in Maputo; in some newsrooms, for example, some journalists are afraid of writing about opposition parties (notably Renamo) for fear of being seen as pro-opposition. This is more noticeable amongst journalists in the public media, where some journalists go to the extreme of being assigned to cover opposition events but then come back, write nothing about such events and then are not censured. This treatment is different from that which is given to the governing party, Frelimo, which receives greater attention from journalists, even when the events it is involved in are of no great significance. In such cases, any communiqué by Frelimo becomes newsworthy, even where it is abundantly clear that the issue at hand is of no significant news value.

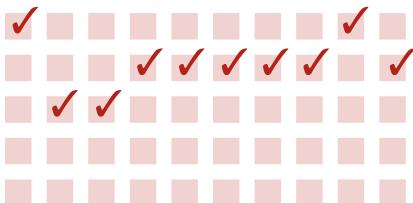
One example that was given in order to illustrate what we might call a culture of fear is what happened in March in Tete province, where the local governor, Ildefonso Mwanatata, made veiled death threats against journalist Bernardo Carlos, the local correspondent of the daily *Notícias*. The threat concerned a report that Carlos had filed to his newspaper quoting the Minister of Finance, Manuel Chang, who during a visit to the province deplored the poor quality of construction work that was being done on some government buildings financed by the treasury. For some reason, Mwanatata felt that the report was a personal affront, and he made it known to the journalist, with a warning that he wouldn't want it to happen

to him what had happened to the late journalist Carlos Cardoso, who was gunned down in 2000. Despite the fact that some journalists had witnessed this incident and had earlier on referred to it, they later on issued a statement denying that they ever witnessed the threats.

Scores:

Individual scores:

- 1** Country does not meet indicator
- 2** Country minimally meets aspects of the indicator.
- 3** Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
- 4** Country meets most aspects of indicator.
- 5** Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.



Average score:

3.0 (2005=3.0; 2007= 2.9)

1.3 There are no laws restricting freedom of expression such as excessive official secret or libel acts, or laws that unreasonably interfere with the responsibilities of media.

Analysis:

There are, effectively, laws that restrict freedom of expression in Mozambique; one of them is statutory instrument number 19/91, which deals with crimes against state security, in which the issue of what constitutes state secret is not clearly defined. This piece of legislation refers simply to "government classified documents", without specifying what that exactly means, and therefore opening the way for individual public servants to abuse the notion of what constitutes a classified document.

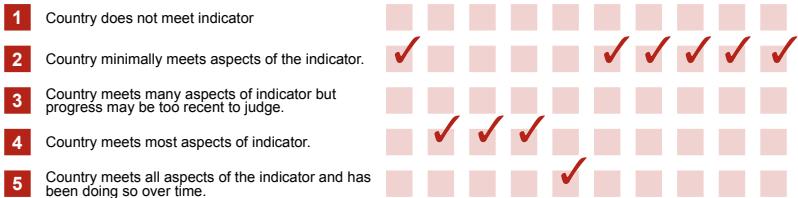
Under the new constitution adopted in 2004, such laws are unconstitutional³, as they go against some of the clauses contained in the new constitution. In 1979, the year in which some of the concepts that are contrary to freedom of expression were

³ Interest groups or civil society organisations can collect a minimum of 2 000 signatures to lodge a complaint with the Constitutional Council to have a given piece of legislation declared unconstitutional. In some cases, judges in the trial courts have applied laws that have already been repealed or surpassed by new ones.

built into the statute books, Mozambique was still under a one party state system which was replaced by the first multiparty constitution in 1990.

Scores:

Individual scores:



Average score: 2.9 (2005=3.3; 2007=1.9)

1.4 Government makes every effort to honour regional and international instruments on freedom of expression and the media.

Analysis:

Formally, the government has adopted the regional and international instruments that deal with freedom of expression and press freedom. These include:

- The Universal Declaration of Human Rights;
- The African Charter of Human and People's Rights;
- The Declaration on Principles of Freedom of Expression in Africa, from which the Windhoek Declaration was born;
- The SADC Protocol on Information, Education, Culture and Sport.

Mozambique and Zambia are the most positive examples of countries in Southern Africa in terms of their adoption of regional and international instruments dealing with freedom of expression and press freedom⁴. The constitution of Mozambique incorporates into domestic law all international treaties and agreements provided they have been ratified by parliament and for as long as they remain binding on the Mozambican state.

⁴ In "So This is Democracy"2008, an annual report published by the Media Institute of Southern Africa (MISA)

The Windhoek Declaration, for example, calls on governments to create space for the materialisation of freedom of expression and press freedom. A thorough self evaluation in order to establish where Mozambique stands in this regard would be most welcome.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	
4	Country meets most aspects of indicator.	
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	

Average score:

3.6 (2005= n/a; 2007= n/a)

1.5 Print publications are not required to obtain permission to publish from state authorities.

Analysis:

The print media in Mozambique do not require government permission as a condition for it to come into operation. There is a formal registration that is required in terms of the media law. That registration is done at the Department of Information (GABINFO), which falls under the office of the Prime Minister. GABINFO (or for that matter any other government department) has no powers whatsoever to block anyone's wish to register a newspaper, a magazine or any other publication, as long as all administrative requirements as prescribed by the law have been fulfilled.

In terms of the media law, registration must be processed within thirty days from the date an application is submitted. The application, in the form of a declaration, must contain the following information:

- a) The publications' title;
- b) The object;
- c) Address;
- d) Language;
- e) Complete identification of the owner;
- f) The articles of association of the publishing company;

- g) The full identity of the editor;
- h) The frequency; and
- i) The targeted circulation.

Registration is valid for two years automatically renewable, saves if withdrawn by GABINFO in compliance of a judicial order or if the interested party declares an intention to have it terminated.

The law also forbids GABINFO from arbitrary refusal for registration, making it clear that refusal “can only be justified if the applicant fails to submit all the information required by law or to comply with the legal requirements necessary to engage in such activity”. It also determines that in case of refusal for registration, such must be communicated to the applicant in written, with the details of the reasons for such refusal.

By law, GABINFO is also not allowed to suspend any registration, except, as stated in paragraph 2 of section 23 of the media law, in cases “... of non compliance with the law or untruthful information contained in the declaration...” In such cases, GABINFO is required to lodge a complaint with the office of the Attorney General, which is legally the entity that initiates the prosecuting procedures that will ultimately lead to a court of law deciding on the cancellation of the registration.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	<input type="checkbox"/>										
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	<input type="checkbox"/>										
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
4	Country meets most aspects of indicator.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Average score:

4.6 (2005= n/a; 2007= n/a)

1.6 Entry into and practice of the journalistic profession is legally unrestricted.

Analysis:

Entry into practising journalism in Mozambique is absolutely unrestricted. In fact, concerns have been raised within the profession by those who believe that tighter entry requirements are necessary in order to safeguard the integrity of the profession. That debate remains inconclusive.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	<input type="checkbox"/>									
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	<input type="checkbox"/>									
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	<input type="checkbox"/>									
4	Country meets most aspects of indicator.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	<input checked="" type="checkbox"/>									

Average score:

4.9 (2005= 5.0; 2007= 5.0)

1.7 Confidential sources of information are protected by law and/ or the courts.

Analysis:

The panellists were unanimous as to the fact that confidential sources of information are adequately protected under the law.

They cited, as an example, paragraph 3 of section 48 of the Mozambican constitution, which states that, “Freedom of the press entails, namely, the freedom of expression and of creativity by journalists, access to sources of information, the protection of independence and professional confidentiality...”

The right to professional confidentiality is also recognised in section 30, paragraph 1 of the media law.

However, the panellists expressed concern and found it problematic that many judges in the different courts in Mozambique were not aware of some of the legal provisions pertinent to the exercising of press freedom and freedom of expression. They cited, for example, a survey commissioned by the government, through the Ministry of Justice, which revealed that 90% of the trial judges in Mozambique do not keep a copy of the constitution in their offices.

This deficiency leads to situations where often, because of ignorance, prosecutors and judges are more preoccupied with trying to force journalists to reveal their confidential sources of information rather than concentrate on the merits of the case at hand.

Scores:

Individual scores:

Average score: 3.5 (2005= 2.8; 2007=1.4)

1.8 Public information is easily accessible, guaranteed by law, to all citizens.

Analysis:

Access to public information is not easy in Mozambique, despite the constitution, in its paragraph 3 of section 48 considering access to information to be part of freedom of the press.

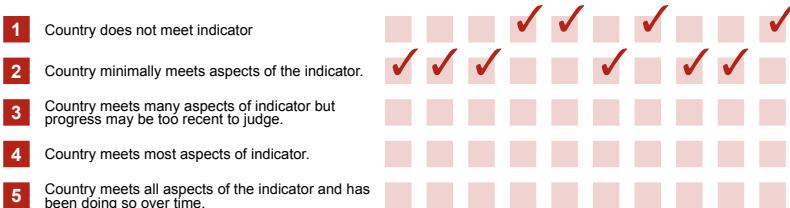
Panellists were of the view that, there being no ordinary law on the right to information, such constitutional guarantee translates, in practical terms, into a pipedream. It is not possible, for example, to know how much the President of the Republic earns or cabinet ministers for that matter. Another example is the fact that public office holders are required by law to declare to the Constitutional Council their assets at the time when they assume their terms of office. However, there is no legal requirement for this information to be made public.

In some cases, there are ordinary laws or decrees, which make it obligatory to disclose public information, but there prevails a culture of secrecy among many civil servants that it is almost impossible to extract any information. For example, decree number 30/2001, of 15 October, on guidelines on the functioning of the public service refers, in paragraph 1 of article 7, that “the principle of transparency implies publicity in administrative activity”. That is almost impossible, due to a general obstructionist attitude on the part of the majority of public servants.

The registry of companies, for example, is never made available to those who try to get some information, despite the fact that the law saying clearly that such registries are public; the articles of association of Sociedade Notícias, publishers of Notícias, Domingo and Desafio are not accessible, even if one considers that the majority shareholder in this company, with more than 50% of the share capital is the State itself, through the Bank of Mozambique.

Scores:

Individual scores:



Average score:

1.6 (2005= 1.0; 2007= 1.4)

1.9 Websites and blogs are not required to register with, or obtain permission, from state authorities.

Analysis:

Websites and blogs are not, effectively subject to registration or to obtain permission from any government institution. Only Internet Service Providers are required to normal registration as companies.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	
4	Country meets most aspects of indicator.	
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	

Average score:

5.0 (2005= n/a; 2007= n/a)

1.10 The state does not seek to block or filter Internet content unless laws provide for restrictions that serve a legitimate interest and are necessary in a democratic society.

Analysis:

The State in Mozambique does not seek in any way to block or filter internet content.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	
4	Country meets most aspects of indicator.	
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	

Average score:

5.0 (2005= n/a; 2007= n/a)

1.11 Civil society in general and media lobby groups actively advance the cause of media freedom.

Analysis:

Unfortunately the widely held view is that press freedom is only for journalists, even though it has long been proven that journalists do not seek information for their own consumption, but yes for public consumption. Generally, Mozambican civil society has an attitude of apathy on matters relating to freedom of the press. There are, in reality, some organisations that care about such issues, but they are very few notable exceptions⁵.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
4	Country meets most aspects of indicator.				✓							
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.											

Average score:

2.8 (2005= 1.9; 2007= 1.1)

1.12 Media legislation evolves from meaningful consultations among state institutions, citizens and interest groups

Analysis:

There are consultations. For example, when the existing media law was being prepared there were extensive consultations with the media fraternity, citizens and interest groups. Recently, media organisations and the public were consulted in relation to the ongoing review of the current law. Media organisations have also been involved in the drafting of the proposed Broadcasting Act.

⁵ Some years ago, MISA-Mozambique made a public pronouncement against the fact that the government had for eight years not signed a Programme-Contract with Radio Mozambique, in a context in which even the salaries were being paid on monthly basis under the discretion of the Minister of Finance. During the public riots of 5 February 2008 in Maputo, in protest against a significant increase in urban transport fees, MISA-Mozambique and the Centre for Public Integrity (CIP) issued a joint statement denouncing what were signs of censorship in the manner the public media covered events.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
4	Country meets most aspects of indicator.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>				
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				

Average score:

4.1 (2005= n/a; 2007= n/a)

SECTOR 1 AVERAGE: 3.7 (2005= 2.8; 2007= 3.1)*

* For 2009 the indicators were reviewed, amended and some new indicators such as those addressing Information Communication Technology (ICT) were added. Consequently, the comparison of some indicators of the 2005 and 2007 report is not applicable (n/a) in some instances in which the indicator is new or has been amended. Evidently, this has to be taken into account too, when the overall sector scores are compared.

VISION	BROADCAST RADIO	BROADCAST RADIO	TELEVISION
EAST RADIO	SATELITE NEWS	SATELITE NEWS	BROADCAST
ETE NEWS	PAPER MAGAZINES	PAPER MAGAZINES	SATELLITE
MAGAZINES	REPORTS THIRD	REPORTS THIRD	PAPER
TS THIRD	DEGREE DOCUMENTS	DEGREE DOCUMENTS	REPORT
DOCU-	LEGISLATION	LEGISLATION	DEGREE
LEGISLA-	QUESTIONS LAWS	QUESTIONS LAWS	LEGISLATION
QUESTIONS	PUBLICATION	PUBLICATION	QUESTIONS
PUBLICA-	FREEDOM ANSWERS	FREEDOM ANSWERS	PUBLIC
FREEDOM	PRESS INTERVIEWS	PRESS INTERVIEWS	FREEDOM
RS PRESS	MEDIA EFFICIENCY	MEDIA EFFICIENCY	PRESS

SECTOR 2:

The media landscape, including new media, is characterised by diversity, independence and sustainability.

LIVES RE-	PUBLICATION	DEGREE DOCU-	QUESTI
THIRD	FREEDOM ANSWERS	MENTS LEGISLA-	PUBLIC
DOCU-	PRESS INTERVIEWS	TION QUESTIONS	FREEDOM
LEGISLA-	MEDIA EFFICIENCY	LAWS PUBLICA-	PRESS
QUESTIONS	HONESTY ACCESS	TION FREEDOM	MEDIA
PUBLICA-	BOOKS TRANSLA-	ANSWERS PRESS	HONEST
FREEDOM	TION TRUTH POINT	INTERVIEWS	BOOKS
RS PRESS	OF VIEWS INFOR-	MEDIA EFFI-	TION T
VIEWS	MATION COMMUNI-	CENCY HONESTY	OF VIE
EFFI-	CATION CONSTITU-	ACCESS BOOKS	MATION
Y HONESTY	TION TELEVISION	TRANSLATION	CATION
S BOOKS	BROADCAST RADIO	TRUTH POINT OF	TION T
LATION	SATELITE NEWS	VIEWS INFORMA-	BROADC
POINT OF	PAPER MAGAZINES	TION COMMUNICA-	SATELI
INFORMA-	REPORTS THIRD	TION CONSTITU-	PAPER
COMMUNICA-	DEGREE DOCUMENTS	TION TELEVI-	REPORT
CONSTITU-	LEGISLATION	SION BROADCAST	DEGREE
TELEVI-	QUESTIONS LAWS	RADIO SATELITE	LEGISL
BROADCAST	PUBLICATION	NEWS PAPER	QUESTI
SATELITE	FREEDOM ANSWERS	MAGAZINES RE-	PUBLIC
PAPER	PRESS INTERVIEWS	PORTS THIRD	FREEDOM
INES RE-	MEDIA EFFICIENCY	DEGREE DOCU-	PRESS
THIRD			MEDIA

Sector 2: The media landscape including new media is characterised by diversity, independence and sustainability

2.1 A wide range of sources of information (print, broadcasting, internet) is accessible and affordable to citizens.

Analysis:

There is, in Mozambique, a serious problem with regards to accessibility of the media. This is not only because of economic constraints. It seems that media companies themselves do not show any interest in expanding the distribution of their own publications.

On the other hand, the cost of purchasing a newspaper is relatively higher compared with the purchasing power of the majority of people. Even among the middle class, many will find it hard to purchase all available newspapers.

In the major cities and other urban centres, the main constraint is the poor purchasing power of the majority. As for the rural areas, the problem is a combination of a poor purchasing power and inaccessibility. One of the panellists related a story where a journalist travelled to Nipepe district, in Niassa province, carrying a copy of a newspaper which then became the subject of dispute amongst local people, including the local district administrator, who confessed that she had not seen a newspaper for the past two months.

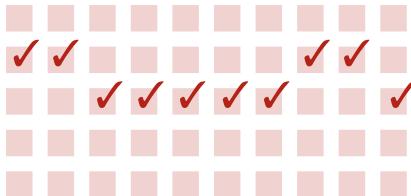
The inexistence of newspaper distribution companies is pointed at as the main reason contributing to this poor distribution. It was pointed out, for example, that in 2008 a freely distributed weekly newspaper, *A Verdade*, was launched, but its circulation has not been able to go beyond two or three major cities.

Radio is the most accessible, and in different languages; television and the internet are still accessible only for a restricted group of people in urban centres.

Scores:

Individual scores:

- 1** Country does not meet indicator
 - 2** Country minimally meets aspects of the indicator.
 - 3** Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
 - 4** Country meets most aspects of indicator.
 - 5** Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.



Average score:

2.6 (2005= 2.2; 2007=2.5)

2.2 Citizens' access to domestic and international media sources is not restricted by state authorities.

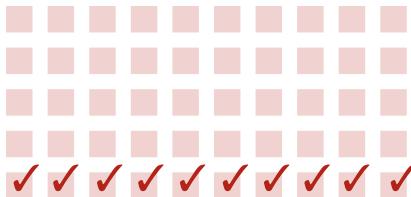
Analysis:

The statement is correct, given that citizens' access to domestic and international sources of information is totally unrestricted. In addition to foreign newspapers and magazines, which are available for sale in Mozambique, it is possible to receive on a free-to-air basis the television signal from the African channel of the Portuguese public broadcaster, TP-Africa. Foreign radio stations broadcasting freely in Mozambique are the World Service of the BBC, the Africa service of the Portuguese public radio , RDP-Africa, Radio France International and the Voice of America.

Scores:

Individual scores:

- 1** Country does not meet indicator
 - 2** Country minimally meets aspects of the indicator.
 - 3** Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
 - 4** Country meets most aspects of indicator.
 - 5** Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.



Average score:

5.0 (2005= 4.3; 2005= 5.0)

2.3 Efforts are undertaken to increase the scope of circulation of the print media, particularly to rural communities.

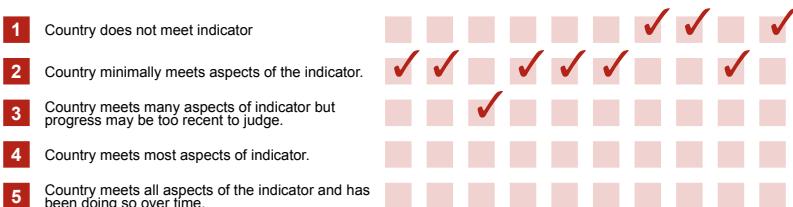
Analysis:

There are no efforts being made in order to increase the circulation of print media in rural areas partly because the media industry itself has not organised in the form of a corporate association for the industry. There is, for example, the Association of Media Companies (AEJ), but nothing or little has this association done by way of organising the industry to coordinate activities that are of common interest. Media Companies are not part of the Chamber of Business (CTA), without which they cannot have access to the various funding windows that are made available to members of the organisation, which would enable them to expand their circulation⁶.

The biggest challenge at the moment is for the media companies themselves to change the status quo. AEJ is so ineffective that the new representative of media companies in the Supreme Media Council (CSCS) was nominated by the leadership of AEJ, but not democratically by the industry itself, as would be desirable.

Scores:

Individual scores:



Average score:

1.8 (2005= 1.1; 2007=1.9)

⁶ Mediacoop, the company that owns SAVANA, Mediafax and the radio station SAVANA FM had to join the Business Association of Mozambique in order to become a member of CTA.

2.4 The editorial independence of print media published by a public authority is protected adequately against undue political interference.

Analysis:

If we consider all newspapers in the Sociedade do Notícias stable to be publicly owned, since the majority shareholder is the Bank of Mozambique, then it would fair to say that such editorial independence is not adequately protected.

The ethics of the state is questionable, in that it is a distortion of the market for the central bank to play a role in the media industry under the pretence of these being private companies. There is some information suggesting that *Sociedade do Notícias* is planning to acquire a new printing press for its newspapers. This is unfair competition, given that other newspapers do not enjoy the same state patronage. Individually, there might be some journalists who would want to be more independent, but such is very difficult, given that the strong presence of the Bank of Mozambique opens the space for political interference. It can be argued that the Bank of Mozambique is an independent body, free from political interference, but this independence may only be applicable in as far as the monetary policy aspects of the bank. The Governor of the Bank of Mozambique is appointed by the President of the Republic who, in turn, is also the leader of a political party. Just this subordination relationship gives us enough ground to conclude that on matters concerning editorial policy for the *Sociedade do Notícias* stable, particularly the company's flagship *Notícias*, the independence of the Governor of the Bank of Mozambique (if any) is overridden by the person to whom he is accountable and owes his job.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.						✓		✓	✓
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	✓		✓						
4	Country meets most aspects of indicator.									
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.									

Average score:

1.6 (2005=1.3; 2007=1.1)

2.5 Adequate competition legislation / regulation seeks to prevent media concentration and monopolies.

Analysis:

Such regulation does not exist in Mozambique. The panellists noted that it is because of the inexistence of such regulation that there are no rules concerning the type of activities that one is allowed to undertake and the limits within which such activities are allowed.

Being the media in Mozambique an industry largely driven by journalists themselves, there has never been in the past any danger of concentration and monopoly in the industry, which would put at risk the principles of pluralism and diversity. However, this situation is changing gradually as corporate investments are beginning to take place, driven by individuals to whom profit is the main objective. The emergence of the SOICO Group brought with it some element of concentration, with the Group venturing into all segments of the media, namely radio, television and print media.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator										
2	Country minimally meets aspects of the indicator.										
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.										
4	Country meets most aspects of indicator.										
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.										

Average score:

1.4 (2005=1.0; 2007=2.5)

2.6 Government promotes a diverse media landscape with economically sustainable and independent media outlets.

Analysis:

There are some positive aspects. Article 9 of the law on Value Added Tax, for example, exempts newspapers from paying tax on sales. But there are also negative

aspects: community radios, which are not for profit, are treated equally with commercial radio stations, which are driven by profit. The UNESCO Media Development Project, which was implemented from the late 1990s until the 2000 was cited by panellists as an example of government's commitment towards diversity in the media, by establishing the conditions for an economically viable media industry.

There were, however, other panellists who were of the view that the project can not be seen as a demonstration of government's commitment, since it was initiated by UNESCO, with the government joining in for the simple reason that UNESCO is an inter-governmental organisation.

"I have not had any kind of government support to enable my company to be sustainable", said one of the panellists who is a journalist and media owner⁷.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ✓ ✓ ✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ✓ ✓
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	✓ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■
4	Country meets most aspects of indicator.	■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ✓ ✓
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■

Average score:

2.7 (2005= n/a; 2007= n/a)

2.7 All media fairly reflect the voices of both women and men.

Analysis:

The media in Mozambique is predominantly a male business. There are still very few women in the media industry, either as professionals or as sources of information. The panellists were divided as to were the causes for such situation, with some defending that the situation was such because women face obstacles in having their voices heard, while others were of the view that it was the women who were marginalising themselves by not making enough effort to have their voices heard. It was noted, however, that the situation was gradually improving,

⁷ There was no consensus on this issue.

particularly with the emergence of young female journalists who are asserting themselves and fighting to break way with past conservative prejudices.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
4	Country meets most aspects of indicator.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Average score:

1.5 (2005= n/a; 2007= n/a)

2.8 All media fairly reflect the voices of society in its ethnic, linguistic, religious, political and social diversity.

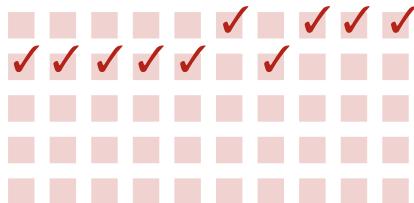
Analysis:

That cultural, ethnic, linguistic religious, political and social diversity that is Mozambique is hardly reflected in the media. In politics there is a tendency to give more coverage for the ruling party, with coverage of opposition parties being just an option. On the field of religion, one of the panellists gave the example of the Muslim community, which he said tried to create a religious programme with the public television, TVM. The programme could not be accepted under the argument that Mozambique was a laic state. But the same station continues to broadcast a weekly Christian programme.

Scores:

Individual scores:

- 1** Country does not meet indicator
- 2** Country minimally meets aspects of the indicator.
- 3** Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
- 4** Country meets most aspects of indicator.
- 5** Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.



Average score:

1.6 (2005= n/a; 2007= n/a)

2.9 The country has a coherent ICT policy, which aims to meet the information needs of all citizens, including marginalised communities.

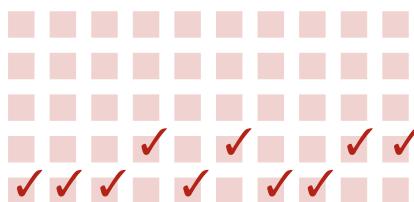
Analysis:

Mozambique is one of those African countries with the most open ITC policies. There is a considerable number of Community Media Centres and activities aimed at expanding the use of ITCs. The idea of establishing a “Millennium Village” reinforces this view. The fact that the state power utility, EDM, is determined to expand its rural electrification programme, and that the National Energy Fund is making investments in renewable energy are positive developments that will support the growth of the national ITC programme.

Scores:

Individual scores:

- 1** Country does not meet indicator
- 2** Country minimally meets aspects of the indicator.
- 3** Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
- 4** Country meets most aspects of indicator.
- 5** Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.



Average score:

4.6 (2005= n/a; 2007= n/a)

2.10 Government does not use its power over the placement of advertisements as a means to interfere with editorial content.

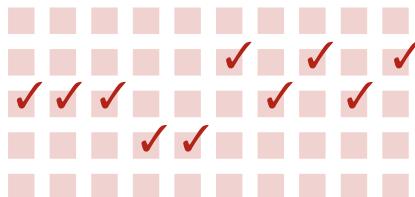
Analysis:

In explicit terms this does not happen. But the government has not established mechanisms that would lead to a more inclusive environment. There are no formal policies that would help to prevent individuals from abusing their discretionary powers in the placement of advertising.

Scores:

Individual scores:

- 1** Country does not meet indicator
 - 2** Country minimally meets aspects of the indicator.
 - 3** Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
 - 4** Country meets most aspects of indicator.
 - 5** Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.



Average score:

2.5 (2005= 1.3; 2007=4.7)

2.11 The advertising market is large enough to support a diversity of media outlets.

Analysis:

Mozambique's advertising market is very small, and is characterised by about two or three big companies that are in competition for the market. Essentially, the advertising market is dominated by the two mobile phone operators, Mcel and Vodacom. Outside these two companies there isn't much advertising capable of sustaining a growing free pluralistic and diversified media landscape the other major source of advertising is the state, which everyday has to place adverts for jobs, public tenders and other announcements. But these adverts tend to be monopolised by *Notícias*, because of an often incorrect perception that the newspaper has the largest circulation figures, simply because it is the oldest daily paper. There are two other dailies, namely *Diário de Moçambique* and *O País*, which find it difficult to attract government advertising in the same magnitude as *Notícias*.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	
4	Country meets most aspects of indicator.	
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	

Average score:

1.3 (2005= 1.7; 2007= 1.5)

SECTOR 2 AVERAGE:

2.4 (2005= 1.7; 2007=2.2)

VISION	BROADCAST RADIO	BROADCAST RADIO	TELEVISION
EAST RADIO	SATELITE NEWS	SATELITE NEWS	BROADCAST
ETE NEWS	PAPER MAGAZINES	PAPER MAGAZINES	SATELLITE
MAGAZINES	REPORTS THIRD	REPORTS THIRD	PAPER
TS THIRD	DEGREE DOCUMENTS	DEGREE DOCUMENTS	REPORT
E DOCU-	LEGISLATION	LEGISLATION	DEGREE
LEGISLA-	QUESTIONS LAWS	QUESTIONS LAWS	LEGISLATION
QUESTIONS	PUBLICATION	PUBLICATION	QUESTIONS
PUBLICA-	FREEDOM ANSWERS	FREEDOM ANSWERS	PUBLIC
FREEDOM	PRESS INTERVIEWS	PRESS INTERVIEWS	FREEDOM
RS PRESS	MEDIA EFFICIENCY	MEDIA EFFICIENCY	PRESS

SECTOR 3:

Broadcasting regulation is transparent and independent; the state broadcaster is transformed into a truly public broadcaster.

LIVES RE-	PUBLICATION	DEGREE DOCU-	QUESTI
THIRD	FREEDOM ANSWERS	MENTS LEGISLA-	PUBLIC
E DOCU-	PRESS INTERVIEWS	TION QUESTIONS	FREEDOM
LEGISLA-	MEDIA EFFICIENCY	LAWS PUBLICA-	PRESS
QUESTIONS	HONESTY ACCESS	TION FREEDOM	MEDIA
PUBLICA-	BOOKS TRANSLA-	ANSWERS PRESS	HONEST
FREEDOM	TION TRUTH POINT	INTERVIEWS	BOOKS
RS PRESS	OF VIEWS INFOR-	MEDIA EFFI-	TION T
VIEWS	MATION COMMUNI-	CENCY HONESTY	OF VIE
EFFI-	CATION CONSTITU-	ACCESS BOOKS	MATION
Y HONESTY	TION TELEVISION	TRANSLATION	CATION
S BOOKS	BROADCAST RADIO	TRUTH POINT OF	TION T
LATION	SATELITE NEWS	VIEWS INFORMA-	BROADC
POINT OF	PAPER MAGAZINES	TION COMMUNICA-	SATELI
INFORMA-	REPORTS THIRD	TION CONSTITU-	PAPER
COMMUNICA-	DEGREE DOCUMENTS	TION TELEVI-	REPORT
CONSTITU-	LEGISLATION	SION BROADCAST	DEGREE
TELEVI-	QUESTIONS LAWS	RADIO SATELITE	LEGISL
BROADCAST	PUBLICATION	NEWS PAPER	QUESTI
SATELITE	FREEDOM ANSWERS	MAGAZINES RE-	PUBLIC
PAPER	PRESS INTERVIEWS	PORTS THIRD	FREEDOM
INES RE-	MEDIA EFFICIENCY	DEGREE DOCU-	PRESS
THIRD			MEDIA

Sector 3: Broadcasting regulation is transparent and independent; the state broadcaster is transformed into a truly public broadcaster

3.1 Broadcasting legislation has been passed and is implemented that provides for a conducive environment for public, commercial and community broadcasting.

Analysis:

Mozambique does not have a specific legislation for the broadcasting sector, even though all these sectors — public, community and private/commercial — do exist. Some years ago, community radio legislation was drafted, but nothing has moved since then. The only existing legislation is the general media law and the law on the spectrum. There are also two statutory instruments that in 1994 transformed Radio Mozambique and Mozambique Television into public sector broadcasters. As for the community sector, it is worth noting that this does not exist in terms of a specific law; it is a de facto existence. The very definition of Community Radios in Mozambique is not clear. There are community radio stations that belong to the government Media Institute (ICS), which was created in order to develop the media in the rural areas. There are also radio stations that belong to religious organisations, which also assume to be part of the community radio sector.

The panelists recognised the need for government to draft a specific legislation for the rural media, in order to end with this confusion.

As for the broadcasting sector in general, a process of consultations is underway between the government and the various stakeholders in order to have a legislation adopted.

Scores:

Individual scores:

Average score:

3.7 (2005= 1.0; 2007=1.2)

3.2 Broadcasting is regulated by an independent body adequately protected by law against interference whose board is appointed – in an open way - involving civil society and not dominated by any particular political party.

Analysis:

There being no broadcasting law, there is also no regulatory entity for the sector. There is the national Communications Institute (INCM), whose function, in part is to allocate frequencies. In the absence of a legal instrument to safeguard transparency, the result is that even the allocation of frequencies itself is a process in which INCM exercises broad discretionary powers which can, effectively, be used to prevent radio and television stations deemed to be unfavourable to the government of the day from being granted licenses. On the other hand, there are no public responsibilities on broadcasting operators as part of the package for them to be granted a license. In fact, the broadcasting environment, aside the fears of the broad discretionary powers of the INCM, is so liberal that it has seen an increasing number of radio stations whose only public responsibility is to play foreign music 24 hours a day, seven days a week.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	<input type="checkbox"/>								
4	Country meets most aspects of indicator.	<input type="checkbox"/>								
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	<input type="checkbox"/>								

Average score:

1.1 (2005= n/a; 2007= n/a)

3.3 The body regulates broadcasting services and licenses in the public interest and ensures fairness and a diversity of views broadly representing society at large.

Analysis:

Such body does not exist, as already referred to before. And there is a burning need for it to be established, precisely because of the need to safeguard the public interest.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	<input type="checkbox"/>								
4	Country meets most aspects of indicator.	<input type="checkbox"/>								
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	<input type="checkbox"/>								

Average score:

1.2 (2005=1.0; 2007=1.0)

3.4 The state/public broadcaster is accountable to the public through a board representative of society at large and selected in an independent, open and transparent manner.

Analysis:

There is a large deficit in this area. None of the two public broadcasters is publicly accountable. And there is no public representation in their policy oversight or management structures. Article 10 of law number 17/91 (Public Enterprises Act) states that board members of public enterprises are appointed and dismissed by the overseeing minister, while the chair of the board is a cabinet appointee. The two public service broadcasters are governed by the provisions of this law, which in itself is contradictory to paragraph 5 of section 48 of the constitution, which establishes the independence of the public sector media.

It should be noted that both Radio Mozambique and Mozambique Television were established as public service providers through their own specific statutory instruments, which in effect makes them different in nature from any other public company. The African Charter on Broadcasting is clear as to the need for the appointment of top management to be done in an independent and transparent manner.

In fact, there is no transparency, and therefore guarantee of independence in the manner in which the management teams for both Radio Mozambique and Mozambique Television are appointed. This in essence means that despite their official status as public broadcasters they still operate in the mould of state broadcasters. That has implications in their content, which are increasingly becoming more politically compromised. There is a growing tendency lately for these two entities to favour the ruling party, especially in this year of general elections.

One of the panellists pointed out the example of how earlier in the year, Radio Mozambique abandoned its live transmission of a parliamentary session in order to give a live broadcast the opening session of a meeting of the ruling party, Frelimo.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	<input type="checkbox"/>								
4	Country meets most aspects of indicator.	<input type="checkbox"/>								
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	<input type="checkbox"/>								

Average score:

1.2 (2005= 1.0; 2007=1.0)

3.5 Office bearers with the state and political parties as well as those with a financial interest in the broadcasting industry are excluded from possible membership on the board of the state/public broadcaster.

Analysis:

There is no clear-cut policy on this subject. But practise has shown that individuals who hold office with the state or in the ruling party have not so far assumed management positions with the public broadcasting entities. But they also do not need to do so.

As for individuals with financial interests, it is worth pointing out that there are no people in Mozambique with huge financial or economic interests in the broadcasting industry, so the danger of such individuals influencing public broadcasting is practically nonexistent. However, Mozambique is a country where the notion of conflict of interest is not given greater importance, where people are not obliged to declare their interests as a way of safeguarding transparency.

Equally, although office bearers in political parties are not involved in the management of public broadcasting, there is cause for concern given the refined methods of political control that have been witnessed. Mozambique had seemed to have made considerable progress in terms of independence in the public media, but that seems to have changed over the last five years. It therefore does not meet this indicator.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓	✓	■	■	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	■	■	✓	✓	■	■	■	■	■	■
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4	Country meets most aspects of indicator.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Average score:

1.2 (2005= 1.0; 2007=1.7)

3.6 The editorial independence of the state/public broadcaster from political influence is guaranteed by law and practiced.

Analysis:

Editorial independence against political interference for the two public broadcasters is guaranteed by law, but not effectively practised. Undue excessive coverage is, for example, given to the ruling party, even in those instances when it asked to react to political pronouncements made by opposition parties. There is, both at TVM and RM an exaggerated coverage of Frelimo activities, in contrast with other political parties.

It was felt, however, that this excessive bias towards the ruling party may not result from any expressed orders from above, but the result of incompetence and opportunism on the part of some of the two stations' senior editorial staff.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	■	■	■	■	■	■	■	■	✓	
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	✓	■	■	■	■	■	✓	■	■	✓
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	■	■	✓	■	■	■	■	✓	✓	■
4	Country meets most aspects of indicator.	■	✓	■	✓	✓	■	■	■	■	■
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Average score:

2.8 (2005= n/a; 2007= n/a)

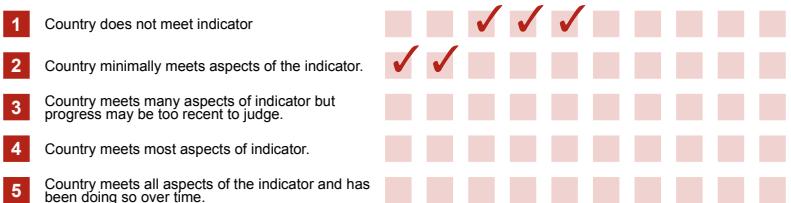
3.7 The state/public broadcaster is adequately funded in a manner that protects it from arbitrary interference through its budget and from commercial pressure.

Analysis:

Panellists were unanimous with regard to the fact that both Radio Mozambique and Mozambique Television are not being adequately funded in such a way that they can be protected from interference. Currently, the two stations have what is called Contract-Programme with the government, through which they receive their funding from the latter. In addition to that, Radio Mozambique also collects a monthly fee incorporated on the electricity bills. However, not always these funding mechanisms work in a satisfactory manner, placing the two organisations in a precarious situation. The panellists were of the view that a more adequate model of funding for the public broadcaster sector would be through parliament, in conformity with the recommendations contained in the Declaration on Freedom of Expression of the African Commission of Human and People's Rights. It was noted that while the budget of the public broadcasters continues to depend on the discretion of the minister of finance, their independence could not be guaranteed. One panelist even suggested that under the current circumstances, it would be difficult for any of the two institutions to investigate any possible wrongdoing by the minister of finance, as they are heavily dependent on him. Without adequate funding, the public broadcasters find themselves having to venture into some commercial activities, thus indulging in what might be considered to be unfair competition against the private/commercial sector.

Scores:

Individual scores:



Average score:

1.7 (2005= n/a; 2007= n/a)

3.8 The state/public broadcaster is technically accessible in the entire country.

Analysis:

Radio Mozambique has a national territorial coverage of between 70% and 80%. Mozambique Television's coverage is around 30% and 40%. This may increase in future, following an agreement between the two organisations and some community radios for the re-transmission of their signals to more remote parts of the country.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.												
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.		✓										
4	Country meets most aspects of indicator.	✓		✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.												

Average score:

3.5 (2005=2.0; 2007=4.3)

3.9 The state/public broadcaster offers diverse programming for all interests.

Analysis:

It is correct to say that the public broadcasters programming formats are diversified. It has been noted that there is a special effort to achieve that objective, despite all constraints that are a result of a precarious financial situation. There are programmes for almost every segment of society and all tastes. There are public debate programmes involving people of representing diversity of opinions and ideological leaning, and in some cases live phone-in, email or SMS programmes.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	█████████████████████
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	█████████████████████
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	█████████████████████
4	Country meets most aspects of indicator.	█████████████████████
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	█████████████████████

Average score:

3.9 (2005= 2.3; 2007=2.9)

3.10 The state/public broadcaster offers balanced and fair information reflecting the full spectrum of diverse view and opinions.

Analysis:

To a large extent, Mozambique meets this indicator, although more could be done to improve the situation, particularly in as far as news bulletins are concerned. As for the interactive programmes, the situation is very positive.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	█████████████████████
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	█████████████████████
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	█████████████████████
4	Country meets most aspects of indicator.	█████████████████████
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	█████████████████████

Average score:

3.5 (2005=1.7; 2007=3.7)

3.11 The state/public broadcaster offers as much diverse and creative local content as economically achievable.

Analysis:

There are visible efforts in that direction, but more still needs to be done. There is, for example, very little local production on television. This leads to a situation where TVM uses most of its airtime reserved for entertainment showing Brazilian soap operas, almost trying to compete with the other commercial television stations.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator										
2	Country minimally meets aspects of the indicator.										✓
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.							✓			
4	Country meets most aspects of indicator.			✓			✓				✓
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	✓	✓		✓				✓	✓	

Average score:

4.2 (2005= 2.3; 2007= 4.0)

3.12 Community broadcasting enjoys special promotion given its potential to broaden access by communities to the airwaves.

Analysis:

Mozambique does not meet this indicator. There is not even a community broadcasting law, which would show that the community sector enjoys special promotion. The result of this situation is that it is almost impossible to distinguish between the community broadcasting sector on the one hand, and the public and private/commercial sectors on the other. There are, for example, radio stations which are essentially religious, but which portray themselves as community radio stations.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	✓			✓							✓
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.		✓	✓					✓			
4	Country meets most aspects of indicator.											
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.											

Average score:

1.9 (2005=1.7; 2007= 2.1)

SECTOR 3 AVERAGE:

2.5 (2005= 1.5; 2007=2.0)

VISION	BROADCAST RADIO	BROADCAST RADIO	TELEVISION
EAST RADIO	SATELITE NEWS	SATELITE NEWS	BROADCAST
ETE NEWS	PAPER MAGAZINES	PAPER MAGAZINES	SATELLITE
MAGAZINES	REPORTS THIRD	REPORTS THIRD	PAPER
TS THIRD	DEGREE DOCUMENTS	DEGREE DOCUMENTS	REPORT
E DOCU-	LEGISLATION	LEGISLATION	DEGREE
LEGISLA-	QUESTIONS LAWS	QUESTIONS LAWS	LEGISLATION
QUESTIONS	PUBLICATION	PUBLICATION	QUESTIONS
PUBLICA-	FREEDOM ANSWERS	FREEDOM ANSWERS	PUBLIC
FREEDOM	PRESS INTERVIEWS	PRESS INTERVIEWS	FREEDOM
RS PRESS	MEDIA EFFICIENCY	MEDIA EFFICIENCY	PRESS

SECTOR 4:

The media practise high levels of professional standards.

LIVES RE-	PUBLICATION	DEGREE DOCU-	QUESTI
THIRD	FREEDOM ANSWERS	MENTS LEGISLA-	PUBLIC
E DOCU-	PRESS INTERVIEWS	TION QUESTIONS	FREEDOM
LEGISLA-	MEDIA EFFICIENCY	LAWS PUBLICA-	PRESS
QUESTIONS	HONESTY ACCESS	TION FREEDOM	MEDIA
PUBLICA-	BOOKS TRANSLA-	ANSWERS PRESS	HONEST
FREEDOM	TION TRUTH POINT	INTERVIEWS	BOOKS
RS PRESS	OF VIEWS INFOR-	MEDIA EFFI-	QUESTI
VIEWS	MATION COMMUNI-	CENCY HONESTY	ON OF VIE
EFFI-	CATION CONSTITU-	ACCESS BOOKS	MATION
Y HONESTY	TION TELEVISION	TRANSLATION	CATION
S BOOKS	BROADCAST RADIO	TRUTH POINT OF	TION T
LATION	SATELITE NEWS	VIEWS INFORMA-	BROADC
POINT OF	PAPER MAGAZINES	TION COMMUNICA-	SATELI
INFORMA-	REPORTS THIRD	TION CONSTITU-	PAPER
COMMUNICA-	DEGREE DOCUMENTS	TION TELEVI-	REPORT
CONSTITU-	LEGISLATION	SION BROADCAST	DEGREE
TELELVI-	QUESTIONS LAWS	RADIO SATELITE	LEGISL
BROADCAST	PUBLICATION	NEWS PAPER	QUESTI
SATELITE	FREEDOM ANSWERS	MAGAZINES RE-	PUBLIC
PAPER	PRESS INTERVIEWS	PORTS THIRD	FREEDOM
INES RE-	MEDIA EFFICIENCY	DEGREE DOCU-	PRESS
THIRD			MEDIA

Sector 4: The media practice high levels of professional standards

4.1 The media follow voluntary codes of professional standards, which are enforced by self-regulatory bodies that deal with complaints from the public.

Analysis:

Public complaints bodies have nothing to do with self-regulation, according to the African Broadcasting Charter. Self-regulation is a mechanism within the profession itself, under which professionals agree to be bound by a set of rules of professional conduct they impose on themselves. In that sense there is no such a formal body for self-regulation in Mozambique, even though self-regulation has been done from time to time. In 2003, a code of conduct on electoral coverage was adopted within the profession, ahead of the municipal election that were due in that same year and the general elections held at the end of 2004. This experience was repeated in 2008.

In 2008, this code of conduct was bolstered by the fact that a mechanism was established in order to monitor the level of adherence to it by the media during the 2008 municipal elections. The resulting report was presented and approved at a meeting with all editors.

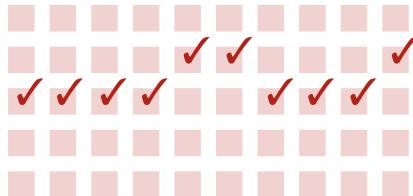
Contrary to what is often believed, the Media Supreme Council is not a regulatory body. Paragraph 1 of section 50 of the constitution defines it as being "... an organ of discipline and consultation, which guarantees media independence, in the exercising of the right to information, to freedom of the press, as well as the right to airtime and to reply". But as was referred to before, one of the biggest problems is that the constitution remits many of the issues that it deals with to ordinary laws. It is the case with the CSCS, which due to constitutional imperatives must have its own law, which regulates its organisation, composition, functioning, and any other competences. In the absence of such a law, confusion on the role of the CSCS will continue to prevail.

On the other hand, the ethics committee of the National Union of Journalists (SNJ) would be expected to play a greater role in this respect if not only because this body has been largely inoperative. There is need to revitalise this body, in order to lend it respect and credibility. Currently there are no debates on issues of ethics, which would not be the case if the ethics committee of the SNJ would be active.

Scores:

Individual scores:

- 1** Country does not meet indicator
 - 2** Country minimally meets aspects of the indicator.
 - 3** Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
 - 4** Country meets most aspects of indicator.
 - 5** Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.



Average score:

2.7 (2005= 2.3; 2007= 3.0)

4.2 The standard of reporting follows the basic principles of accuracy and fairness.

Analysis:

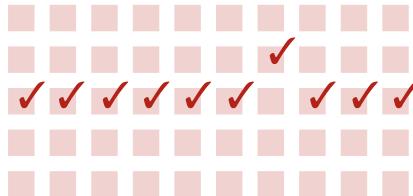
Mozambique largely meets this indicator; sometimes there are faults, but in general the basic principles of the profession are adhered to. For example, the majority of the stories covered by the media tend to have both sides of the argument as a matter of routine. Information is investigated before publishing a story.

One of the most worrying aspects is that some journalists have based their stories on anonymous letters without having investigated or cross checked the information. It is worrying also that there is very low awareness as to the fact that correcting errors is a must.

Scores:

Individual scores:

- 1** Country does not meet indicator
 - 2** Country minimally meets aspects of the indicator.
 - 3** Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
 - 4** Country meets most aspects of indicator.
 - 5** Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.



Average score:

3.1 (2005=2.0; 2007=3.0)

4.3 The media cover the full spectrum of events, issues and cultures, including business / economics, cultural, local and investigative stories.

Analysis:

There is a reasonable coverage of the full spectrum of events. In addition to politics, which is the main focus of the majority of the media in Mozambique, there is also coverage of sports, the economy, business, culture and social issues. There is a deficit in investigative journalism. Although some effort has been made to overcome such a problem, much of the investigative stories that are produced lack a much in-depth analysis.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	█████████████████████
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	█████████████████████
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	█████████████████████
4	Country meets most aspects of indicator.	█████████████████████
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	█████████████████████

Average score: 4.0 (2005= 2.4; 2007= 3.6)

4.4 Equal opportunities regardless of race, social group, gender/sex, religion, disabilities and age are promoted in media houses.

Analysis:

There is no deliberate policy on equal opportunities. Female journalists, for example, are prejudiced when they fall pregnant. Women journalists are often assigned to cover beats that are seen to be of little importance or relevance. Almost all media organisations do not have policies on gender.

Male chauvinism continues to dominate the minds of most editors, contributing to delay the development of women journalists. However, there begins to emerge among women journalists a new generation of professionals who are determined

to break away with the conservative attitudes of the past, venturing, for example, even into those areas that are stereotyped as not theirs. One of the female panellists related her own experience of when everyone else in the newsroom thought that she was to cover less important issues, she took her own initiative to cover parliament. One positive aspect is the fact that at both Radio Mozambique and Mozambique Television children's programmes are presented by the children themselves.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	<input type="checkbox"/>								
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	Country meets most aspects of indicator.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	<input type="checkbox"/>								

Average score:

3.1 (2005= n/a; 2007= n/a)

4.5 Journalists and editors do not practice self-censorship.

Analysis:

There is self-censorship; there are journalists and editors who practise self-censorship because they find themselves in a situation of conflict of interests, since they also double as public relations officers in public and private companies and ministries.

In the case of the governor of Tete province, who in March this year made veiled death threats against a journalist, there were clear signs of self-censorship: the management of the newspaper concerned, *Notícias*, did not say anything publicly, even as this round of the AMB was held in mid-June. The provincial chair of MISA tried to practise some degree of self-censorship, her being also the PR officer for the provincial government.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.										
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.										
4	Country meets most aspects of indicator.										
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.										

Average score:

2.2 (2005=1.6; 2007=2.0)

4.6 Owners of established mainstream private media do not interfere with editorial independence⁸.

Analysis:

In the case of Mozambique it cannot be seen as interference as such. There is a “natural link” between the owner and editor, who in many cases is the same person. This results from the fact that contrary to what happens in many parts of the region, where big business invests in the media, in Mozambique those who invest in the media are journalists themselves, starting with small publications by fax. In such situations it is impossible to expect them to be indifferent to what happens in the newsroom of their own publications.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2	Country minimally meets aspects of the indicator.										
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.										
4	Country meets most aspects of indicator.										
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Average score:

4.7 (2005=1.9; 2007=1.1)

⁸ There is a hybrid system in Mozambique, since in most cases the owners of the media are themselves also editors. Thus, the question should be clear in its definition of interference; in truth, it is impossible for a private media outlet to be independent of its owner, who is himself a journalist, and at times even the highest ranking editorial manager for the publication.

4.7 Journalists and media houses have integrity and are not corrupt.

Analysis:

We have, on the one hand journalists, and the media outlets on the other; media outlets have their own integrity and do everything to defend it, and have at times gotten rid of journalists involved in corrupt practises. There are sometimes journalists who get involved in corrupt practises. Generally, Mozambique reasonably meets the indicator.

Scores:

Individual scores:

Average score:

2.5 (2005= n/a; 2007= n/a)

4.8 Salary levels and general working conditions for journalists and other media practitioners are adequate.

Analysis:

Generally, we can say that salaries are acceptable, if compared with the highest salaries in other sectors. In the media, the lowest salary is just little over 4 000.00 Meticais (the equivalent of US\$140.00), which is double the highest minimum wage for other sectors⁹.

However, whether a salary is adequate or not it is something that should be judged against the prevailing cost of living, the risks involved the responsibility and the

⁹ There is no minimum wage in the media. The minimum stated herein results from the average minimum wages as practised in four media organisations, namely *Radio Mozambique*, *SAVANA*, the Mozambique News Agency (*AIM*) and Magazine *Independente*.

prestige that goes with the profession. If taken in that context, then we would not hesitate to conclude that the salaries are very low, to which should be added the fact that general working conditions are very poor. There are media companies that do not even have contracts with their employees (including journalists). The panellists considered that there is need for all media-related organisations, namely the employers, the National Union of Journalists, MISA and the Editor's Forum to come together and try to set a common remuneration standard that can allow journalists to live in dignity.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	✓											
2	Country minimally meets aspects of the indicator.		✓								✓		
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.		✓					✓		✓			✓
4	Country meets most aspects of indicator.	✓				✓						✓	
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.												

Average score: 2.9 (2005= n/a; 2007= n/a)

4.9 Media professionals have access to training facilitates offering formal qualification programmes as well as opportunities to upgrade skills.

Analysis:

There is a school of journalism that has been in existence for almost 30 years. Initially, the school was affiliated to the National Union of Journalists, before being moved to fall under the GABINFO. Recently, the school (which was at mid level) was upgraded to offer tertiary training, falling under the ministry of education. Eduardo Mondlane University, the largest in the country, has a School of Communication and Art, whose first intake graduated in 2008. What is lacking in Mozambique is continuous training and education in journalistic institutions. On the other hand, there is a serious lack of interaction between the institutions of journalism training and the media industry, the result of that being that often students graduating from such institutions fail to meet the expectations of the industry.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	█████████████████████
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	█████████████████████
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	██████████✓█████████████████████
4	Country meets most aspects of indicator.	█████████████████████✓████████████
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	██████████✓█████████████████████

Average score:

4.3 (2005= 2.3; 2007= 4.5)

4.10 Journalists and other media practitioners are organised in trade unions and/or professional associations.

Analysis:

Journalists and other media practitioners are indeed organised in associations, although something still needs to be done in order to make such associations more relevant, not least of all the National Association of Journalists. Other existing organisations are MISA, the National Editors' Forum, the Association of Women Journalists, the Association of Media Companies, etc.

Scores:

Individual scores:

1	Country does not meet indicator	█████████████████████
2	Country minimally meets aspects of the indicator.	█████████████████████
3	Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.	█████████████████████
4	Country meets most aspects of indicator.	█████████████████████
5	Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.	█████████████████████

Average score:

4.3 (2005= 2.1; 2007=4.6)

SECTOR 4 AVERAGE: 3.4 (2005= 2.1; 2007= 2.8)

COUNTRY AVERAGE 2009: 3.0 (2005= 2.0; 2007= 2.5)

FOLLOW UP QUESTIONS

1. Positive developments in the media over the last two years:

- One of the positive developments is the emergence of more media outlets, mainly radio and television. There has also been an increase in the number of newspapers.
- There seem to be conditions that are conducive to the exercising of the freedom of expression and the press, after the initial fears following the change in the country's leadership in 2005. The fears related to the image that was portrayed of the current President, Armando Guebuza, which was that of a hardliner, who would attempt to reverse the gains of freedom achieved following the dawn of multiparty democracy and the end of the war. Generally, such fears turned out to be largely unfounded.
- The fact that an increasing number of journalists are improving their formal education level is something positive. Even more positive is the fact that journalists are upgrading their formal qualifications and remaining in the newsrooms. There is also a more consciousness about the need for journalists to ascertain their rights.
- At the level of the television industry, there is more competition, particularly between TVM and STV.
- The rapid denunciation/reaction by MISA-Mozambique against cases of violation of press freedom and freedom of expression has contributed for a greater respectability of the profession of journalism in society.
- At the time of the second round of the AMB, in 2007, there were still fears of a possible deterioration in the freedom of the media environment. But the new Head of State has remained open to the media, leaving no choice to all his ministers but to follow suit.

2. Negative developments in the media over the last two years:

- Among the negative developments has been the increasing number of lawsuits brought against journalists, which have been accompanied by other acts of intimidation, some of which were of a political nature.

- Some media outlets have continued over the past two years, not to follow the most elementary principles of the profession.
- Political debate is still lacking. And in the few instances where such debates have taken place, there has been poor attendance by journalists. Only students of journalism see those platforms as space for the consolidation of their knowledge.
- There has been an increase in the number of cases of conflict of interests, there being many journalists who also double as public relations officers. What is of more concern is that such cases are known to these people's editors, who nevertheless do nothing to get them to comply.

3. If positive developments: who or what factors were the main drivers?

- The positive changes were mainly driven by the journalists themselves and the media advocacy organisations. The media industry is working alone to bring about positive change.
- Newspapers with very low editorial quality are making an effort aimed at improving the quality of their reporting.
- Officially, it is important to highlight the presidential initiatives for a more harmonious relationship with the media.

4. What are the main obstacles for further future positive developments?

- The absence of a specific broadcasting legislation is a matter of major concern; such legislation would establish the mechanisms for the operation of the public broadcasting sector.
- The absence of an independent regulatory body is seen as one major obstacle to the development of the media.
- It is imperative that parliament addresses the need for an access to information legislation. A proposed Bill to that effect was submitted by MISA to parliament in 2005.
- The political establishment has a condescending attitude and view about press freedom. The tendency is one of tolerance, not one that emanates from a strong conviction.

- There is need to repeal all anti-press freedom laws. Law number 19/91, which deals with Crimes Against State Security is one such piece of legislation that needs to be removed from the statute books.
- The continued existence of a Media Supreme Council (CSCS) whose functions are not clearly spelt out constitutes an obstacle to further development of the media sector in Mozambique.
- It is equally worrying that there are no public policies favourable to the development of the media sector. There does not exist, for example, a policy on distribution of newspapers, which means that newspaper companies have to bear the high costs of distribution, thus undermining the availability of newspapers in the most remote parts of the country.

5. What activities will need to be undertaken in the next two years?

- The AMB Report needs to be massively disseminated in all the country's provinces, through public meetings/debates. The report also needs to be publicised in the form of advertisements in the media.
- There is need to highlight the need for a broadcasting sector legislation.
- There is an urgent need to campaign for the enactment of legislation that is favourable to those provisions of the constitution that aim at strengthening press freedom, for example, giving political parties, trade unions and civil society organisations the right of reply on policy statements made by government.
- The media industry will have to negotiate the terms of access to and progression in the profession, so that discrepancies can be eliminated when journalists have to move from one organisation to another.
- MISA-Mozambique and FES must work together to mobilise funding for a national conference on Journalism in Mozambique, where matters related to quality, professional ethics, etc; can be discussed.
- Efforts must be made so that media advocacy organisations can be more active, holding regular consultations on issues of common interest.

The Panel meeting took place at the Island of Inhaca, near Maputo, the capital of, Mozambique, from 12-14 June 2009.

PANELISTS:

Eduardo Sitoé- Universidade Eduardo Mondlane/ FLCS/CAP; Egídio Vaz- Communications Consultant; Fátima Mimbre- AIM; Fernando Lima-Mediacoop; Gil Lauriciano-ISRI; Inusso Hamido- Radio “A voz do Islam”; Joana Macia- Notícias; João Nobre- Universidad Pedagógica Maputo; Salomão Moyana- Magazine Multimedia; Sauzande Jeque- Rádio Moçambique;

OBSERVERS:

Tomás Vieira Mário

Manfred Ohm

Beate Barthel

RAPPORTEUR:

Ericínio de Salema

MODERATOR:

Fernando Gonçalves

Note:

Note:

Note:

BROADCAST RADIO
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES
ORTS THIRD
EGREE DOCUMENTS
EGISLATION
UESTIONS LAWS
UBLICATION
REEDOM ANSWERS
RESS INTERVIEWS
EDIA EFFICIENCY
ONESTY ACCESS
OKS TRANSLATION
RUTH POINT OF
IEWS INFORMATION
COMMUNICATION
ONSTITUTION
ELEVISION
BROADCAST RADIO
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES
ORTS THIRD
EGREE DOCUMENTS
EGISLATION
UESTIONS LAWS
UBLICATION
REEDOM ANSWERS
RESS INTERVIEWS
EDIA EFFICIENCY
ONESTY ACCESS
OKS TRANSLATION
RUTH POINT OF
IEWS INFORMATION
COMMUNI
ONSTITUTION
ELEVISION
BROADCAST
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)
fesmedia Africa
Windhoek, Namibia
Tel: +264 (0)61 237438
E-mail: fesmedia@fesmedia.org
www.fesmedia.org



ISBN No. 978-99916-859-4-6

COMMUNICATION
CONSTITUTION
TELEVISION
BROADCAST RADIO
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES
ORTS THIRD
EGREE DOCUMENTS
EGISLATION
UESTIONS LAWS
UBLICATION
REEDOM ANSWERS
RESS INTERVIEWS
EDIA EFFICIENCY
ONESTY ACCESS
OKS TRANSLATION
RUTH POINT OF
IEWS INFORMATION
COMMUNICATION
ONSTITUTION
ELEVISION
BROADCAST RADIO
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES
ORTS THIRD
EGREE DOCUMENTS
EGISLATION
UESTIONS LAWS
UBLICATION
REEDOM ANSWERS
RESS INTERVIEWS
EDIA EFFICIENCY
ONESTY ACCESS
OKS TRANSLATION
RUTH POINT OF
IEWS INFORMATION
COMMUNI
ONSTITUTION
ELEVISION
BROADCAST
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES

Media Institute of Southern Africa (MISA)
Private Bag 13386
Windhoek, Namibia
Tel: +264 (0)61 232975
Tel: +064 (0)61 248016
www.misa.org



BOOKS TRANSLATION
TRUTH POINT OF
IEWS INFORMATION
COMMUNICATION
ONSTITUTION
ELEVISION
BROADCAST RADIO
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES
ORTS THIRD
EGREE DOCUMENTS
EGISLATION
UESTIONS LAWS
UBLICATION
REEDOM ANSWERS
RESS INTERVIEWS
EDIA EFFICIENCY
ONESTY ACCESS
OKS TRANSLATION
RUTH POINT OF
IEWS INFORMATION
COMMUNICATION
ONSTITUTION
ELEVISION
BROADCAST RADIO
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES
ORTS THIRD
EGREE DOCUMENTS
EGISLATION
UESTIONS LAWS
UBLICATION
REEDOM ANSWERS
RESS INTERVIEWS
EDIA EFFICIENCY
ONESTY ACCESS
OKS TRANSLATION
RUTH POINT OF
IEWS INFORMATION
COMMUNI
ONSTITUTION
ELEVISION
BROADCAST
ATELITE NEWS
APER MAGAZINES

Supported by:

